

Segurança na cidade de Lisboa – Paradigma em mudança
Um modelo organizacional
União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Joaquim de Sousa Pereira Leitão

Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais – Área de Especialização em Globalização e
Ambiente

JUNHO, 2014

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na Área de Especialização em Globalização e Ambiente, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues [Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa] e do Dr. José Bastos [União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, Lisboa].

Agradecimentos

Dedico este trabalho à minha família, por todo o carinho e apoio incondicional que me deram nesta etapa da minha vida.

Não poderia deixar de agradecer ao Dr. Vítor Ramalho, pela oportunidade que me proporcionou ao aceitar-me como estagiário na União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

À Professora Doutora Teresa Rodrigues [Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa] e ao Dr. José Bastos [União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa], por serem os meus orientadores e por todo o trabalho, tempo e paciência que despenderam comigo.

A todos os colaboradores que me acompanharam na Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), no Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSB) e na Direção Municipal de Proteção Civil e Socorro (DMPCS), da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

E finalmente aos meus amigos pela ajuda e carinho.

Resumo

O presente relatório visa dar conta de como, hoje, se concebem, organizam e se articulam as estruturas de Defesa, Segurança e Proteção Civil a nível municipal (município de Lisboa). Trata-se de um novo modelo integrado de Segurança, Proteção e Socorro que agrega meios de coordenação e de decisão num único espaço. Com a implementação deste modelo, pretende-se que as Forças de Segurança, Proteção e Socorro das cidades, suportadas por um sistema único de comunicações de acionamento de meios das respetivas estruturas, possam garantir uma resposta operacional mais célere e coordenada.

Relevam-se também neste modelo a dimensão infra-estrutural, a estratégia de intervenção, associada à dimensão humana nos planos de atuação individual, local e Municipal e a importância que os exercícios/simulacros fornecem às forças de intervenção, aos Agentes de Proteção Civil (APC) e ao público em geral.

Este modelo, porque assenta em processos de co-construção de decisões e porque respeita as variáveis de contexto, poderá constituir um referencial e um guia importante para as cidades capitais de Língua Portuguesa, que integram a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), enquanto fator motivador de desenvolvimento sustentado.

PALAVRAS-CHAVE: UCCLA, Segurança, Proteção e Socorro.

Abstract

This report aims to propose the state of the art on how, nowadays, we plan, organize and combine efforts, at a municipal level (in this study, at Lisbon city council) all the Defense, Security and Civil Protection structures. It's all about a new model that integrates Security, Protection and Rescue, linking in a single space all the coordination and decision-making resources. The deployment of this model, supported by a single communication system trigger, aims to ensure a faster and coordinated operational answer between the Security Forces, Protection and City Rescue structures.

This model pretends to emphasize the infrastructural dimension, the intervention strategy, coupled with the human dimension in the individual, local and city scopes, and also the importance that the exercises / drills can give to the intervention forces, to Civil Protection Agents and to population.

Based on co-construction decisions making processes and context variables compliant, this model can be an important reference and guide to all the Portuguese Language Capital cities members (UCCLA) as a motivation to sustainable development.

KEYWORDS: UCCLA, Security, Protection and Rescue.

Índice Geral

Agradecimentos.....	2
Resumo	3
Abstract	4
Índice Geral.....	5
Lista de Abreviaturas	6
Introdução	8
 Capítulo I – A União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)	12
1.1. Enquadramento histórico.....	12
1.2. Os objetivos	15
1.3. Órgãos Sociais da UCCLA (2013-15)	16
1.4. O trabalho desenvolvido	17
 Capítulo II – Estágio Curricular	19
2.1. Descrição das atividades	19
2.2. Importância do presente projeto no âmbito da UCCLA.....	22
 Capítulo III – O Sistema de Proteção Civil	24
3.1. Enquadramento histórico e concetual	24
3.2. Enquadramento Legislativo Nacional.....	27
3.2.1. A Lei de Bases de Proteção Civil	27
3.2.2. O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.....	28
3.2.3. A Autoridade Nacional de Proteção Civil	29
3.3. Enquadramento da Proteção Civil no âmbito municipal	29
 Capítulo IV – A Segurança na Cidade de Lisboa - Um modelo organizacional.....	31
4.1. Enquadramento Histórico	31
4.2. Modelo adotado	35
 Considerações Finais	45
Bibliografia.....	47
Webgrafia	49
Legislação.....	50
Anexos [Índice]	52

Lista de Abreviaturas

AG – Assembleia-Geral

AML - Área Metropolitana de Lisboa

ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil

ANIF – Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais

APC - Agentes de Proteção Civil

APIF - Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais

CEPS - Centro Estratégico de Prevenção e Socorro

CNOS - Comando Nacional de Operações de Socorro

CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro

CM - Câmara Municipal

CML - Câmara Municipal de Lisboa

CMPC - Comissão Municipal de Proteção Civil

CNPC - Comissão Nacional de Proteção Civil

CB - Corpos de Bombeiros

CCO - Centros de Coordenação Operacional

CCOD - Centro de Coordenação Operacional Distrital

CCON - Centro de Coordenação Operacional Nacional

CODIS - Comandante Operacional Distrital

COM - Comandante Operacional Municipal

COS - Comandante da Operação de socorro

CONAC - Comandante Operacional Nacional

CTC - Centro de Transmissões do Comando

DGRF – Direção Geral de Recursos Florestais

DMPCS - Direção Municipal de Proteção civil e Socorro

DPC – Departamento de Proteção Civil

ECOSOC - Conselho Económico e Social

EDP - Energias de Portugal

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres

GIPS - Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da GNR

GNR – Guarda Nacional Republicana

IM - Instituto de Meteorologia

INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica

LBPC - Lei de Bases de Proteção Civil

LDN - Lei de Defesa Nacional

OCS - Órgãos de Comunicação Social

PDM - Plano Diretor Municipal

PF – Polícia Florestal

PJ – Polícia Judiciária

PM – Polícia Municipal

PME - Plano Municipal de Emergência

PSA - Posto de Socorro Avançado

PSP - Polícia de Segurança Pública

REFER - Rede Ferroviária Nacional

RSB - Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa

SALOC – Sala de Operações Conjunta

SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, da GNR

SIOPS - Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

SMPC - Serviço Municipal de Proteção Civil

SNBPC – Serviço nacional de Bombeiros e Proteção Civil

SNDFCI - Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios

TO - Teatro de Operações

UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WEB - World Wide Web

ZA - Zona de Apoio

ZS - Zona de Sinistro

Introdução

O relatório aqui apresentado adveio do estágio curricular que realizámos na União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), no âmbito do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na variante de Globalização e Ambiente.

O estágio decorreu entre outubro de 2013 e junho de 2014, e teve como orientadores a Professora Doutora Teresa Rodrigues [orientadora por parte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa] e o Dr. José Bastos [orientador da Instituição de acolhimento, UCCLA].

Sendo a especialização na área da Globalização e Ambiente e o contexto de estágio uma associação de cidades capitais, de natureza internacional, sem fins lucrativos, que assume a missão de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar das suas populações, associado às diversas funções que desempenhámos no período de 2005 a 2013¹, o tema principal deste relatório versa a problemática da segurança na cidade de Lisboa, enquanto modelo organizacional inovador de resposta à Segurança do Município. Torna-se, por isso, importante perceber como, ao nível nacional, está organizado o enquadramento legislativo e operacional do sistema de resposta e como a mesma se reflete nas estruturas municipais de proteção civil, de forma a garantir uma melhor articulação no terreno de acordo com os novos conceitos de segurança. Este modelo organizacional poderá constituir um referencial e um guia importante para as cidades membros da UCCLA, enquanto fator motivador de desenvolvimento sustentado.

¹ Em 16 de maio de 2005, integrou a Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais (ANIF) de 2005 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2005); em 2 de novembro de 2005, iniciou funções de Assessor no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna; em 10 de fevereiro de 2006, foi nomeado, em comissão de serviço, 2º Comandante Operacional Nacional, do Comando Nacional de Operações de Socorro, do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil (SNBPC); em 24 de abril de 2007, foi nomeado, em comissão de serviço, 2º Comandante Operacional Nacional do Comando Nacional de Operações de Socorro da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC); em 23 de junho de 2008, foi nomeado, em Comissão de Serviço, Comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSB); em 26 de maio de 2011, tomou posse como Diretor Municipal da Direção Municipal de Proteção civil e Socorro (DMPCS), da Câmara Municipal de Lisboa, em acumulação de funções com as Comandante do RSB.

O modelo, que concebemos e implementámos na cidade de Lisboa², assenta no entendimento de que o mundo em que vivemos atualmente tem vindo a transformar-se, ao longo dos últimos 50 anos, numa realidade global e praticamente sem fronteiras. O desenvolvimento de novas tecnologias, a par das alterações políticas que se vêm verificando, transformaram o nosso planeta num espaço cada vez mais “reduzido” onde pessoas e bens (culturais ou materiais) circulam sem limitações e a velocidades cada vez maiores. A análise dos dados recolhidos no âmbito dos grandes terremotos, tsunamis ou furacões, a que assistimos nos últimos anos, diz-nos que a resposta tradicional fracassou muito por ausência de uma relação fluida entre as estruturas de Proteção Civil e as estruturas das Forças de Segurança e das Forças Armadas. Impõe-se, por isso, reconceptualizar o conceito de Segurança no sentido de promover a articulação permanente, dialética e recursiva entre todas estas forças e serviços na conceção, planificação e organização operacional.

A nova Lei de Bases de Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho) vem clarificar o enquadramento da política e das operações de proteção civil, que encontra representação nos diversos níveis ou escalões territoriais (Nacional, Distrital e Municipal) e define, ao nível deste novo enquadramento, os órgãos de direção, coordenação e execução. De referir que a nova Lei de Bases de Proteção Civil (LBPC) prevê, para qualquer tipologia de intervenção, a constituição de uma plataforma estratégica capaz de responder com eficácia às necessidades dos cidadãos, onde se define a estrutura de Direção, Comando e Controlo e regula a forma como é assegurada a coordenação institucional, a articulação e a intervenção das organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho), envolvidas ou a envolver nas operações de Proteção e Socorro, assegurando-se que todos os agentes atuam, no plano operacional, articuladamente, sob um comando único mas sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.

² Este modelo começou a ser concebido em agosto de 2008 e materializado em 29 de junho de 2010, com a inauguração da Sala de Operações Conjunta da cidade de Lisboa (SALOC), acompanhada com a criação de um modelo único de Gestão de ocorrências da cidade e implementação do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) no Município de Lisboa. A conceção, implementação e organização do modelo são apresentados no Capítulo IV.

Estamos, assim, perante um sistema³ e uma nova cultura de proteção civil que integra um conjunto de Agentes de Proteção Civil (APC), a que chamaremos sub-culturas (Barata, 2004), que se afiguram diferenciadas, mas que interagem como “uma empresa rede”⁴, de forma coordenada e consistente em nome de um objetivo comum, definido na própria essência da sua atividade de proteção civil.

Este sistema organizativo aponta para um modelo de racionalidade sistémica, face à sua visão menos hierarquizada, que, no dizer de Leitão (2009), aceita e partilha uma visão cultural integrada e sistémica.

É por isso que esta nova cultura nacional não pode deixar de se refletir nas estruturas distritais e municipais de proteção civil, de forma a garantir uma melhor articulação no terreno de acordo com os novos conceitos de segurança.

Estruturalmente, o presente relatório divide-se em quatro capítulos.

No primeiro capítulo faz-se uma breve reflexão sobre o enquadramento Institucional da UCCLA, desde a sua criação, missão, competências, concluindo com uma breve descrição do trabalho desenvolvido ao longo dos 29 anos de existência. Este enquadramento institucional servirá para perceber como esta está estruturada, pois, tal, revelará o seu modo de operacionalização da estratégia das suas políticas e ações. Para a análise deste capítulo recorreremos a diversos dados principalmente de natureza qualitativa, retirados principalmente da pesquisa da informação obtida na UCCLA e bibliografia dispersa.

O segundo capítulo aborda a descrição das principais tarefas que compuseram o estágio curricular que realizámos na UCCLA, onde o destaque vai para a cidade de Lisboa, sem que seja descorado o contexto nacional, e para a importância que o mesmo poderá ter no seio da União. Na realização deste estágio foram importantes os conhecimentos que já detínhamos da União, fruto das funções que desempenhámos e da participação ativa em visitas de trabalho e encontros técnicos.

³ Resulta do facto de se tratar de um instrumento global e centralizado de coordenação e comando de operações de socorro cuja execução compete a entidades diversas e não organicamente integradas na Autoridade Nacional de Proteção Civil, mas que dependem, para efeitos operacionais, do SIOPS.

⁴ Como refere Manuel Castells, citado em Cardoso et al. (2005), “a empresa rede é aquela que se baseia num projeto de negócio em que participam empresas distintas com os seus recursos e estratégias próprias. É uma rede que se desfaz no final de cada projeto e que se volta a tecer, com outros componentes, em cada novo negócio que urge” (p. 24).

Por esse fato foi possível equacionar a importância deste projeto para as cidades membros, respeitando, naturalmente, as especificidades próprias de cada uma.

No terceiro capítulo é apresentado o Sistema de Proteção Civil. Nele, pretendemos fazer uma breve abordagem histórica sobre o tema, apelando, também, ao trabalho que desenvolvemos em prol da Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais (ANIF), criada em 2005, pela Resolução nº88-A/2005 do Conselho de Ministros, e um enquadramento legislativo aos níveis nacional e municipal, refletindo sobre os principais diplomas de suporte a esta temática.

Por último, o capítulo quarto abarca o tema central deste relatório: “A Segurança na Cidade de Lisboa - Um modelo organizacional”. Ao longo deste capítulo, são abordados vários pontos, desde logo a génese do modelo agora implementado e as lógicas conceptuais e organizacionais e eles subjacentes (caracterização, componentes e funcionalidade).

A parte final deste relatório é dedicada às conclusões que retirámos do estudo recorrendo, para tal, à triangulação das análises realizadas no âmbito dos diversos capítulos deste trabalho

Capítulo I – A União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)

1.1. Enquadramento histórico

O século XII constitui, na história da lusofonia, um importante marco de afirmação da língua portuguesa ao se redesenhar as fronteiras na Península Ibérica, fazendo de Portugal um dos atuais estados europeus mais antigos.

A partir do século XV, com os descobrimentos, a expansão da língua portuguesa a todos os continentes e oceanos lançou a semente e fez desabrochar a lusofonia, em novos e promissores espaços da Terra. Foi também na língua de Camões, que os povos lutaram pela sua independência, *“desde o brasileiro "grito de Ipiranga", a proclamação dos novos estados de expressão portuguesa, em África e na Oceania”* (Lourido, 2010, p. 25).

Mais recentemente, com a independência de Timor Leste - a primeira nação do século XXI - e a adesão de Díli e Oecussi, a UCCLA tornou-se numa organização à escala mundial, pela sua presença na Europa, África, América, Ásia e Oceania, tendo como elemento aglutinador das diferentes culturas a Língua Portuguesa.

Fundada a 28 de junho de 1985⁵, sob o impulso do então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º. Nuno Krus Abecasis, a União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, vulgarmente conhecida por União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) (Anexo I), teve como preocupação projetar Lisboa no Mundo e, através da vontade comum da entera ajuda generosa, competente e eficaz entre todos os seus membros, potenciar a grande dimensão da afetividade que une os países Lusófonos, *“por ser homogénea na língua e nos sentimentos, pelas centenas de milhões de homens que já hoje envolvia, e premente na medida em que os povos de Língua portuguesa, por causa do seu eminente humanismo, estavam particularmente vocacionados para influenciarem as decisões das instancias internacionais em que se decide o destino do Mundo, no sentido da solidariedade e da Paz”* (Lourido, 2010, p. 27).

A UCCLA concretiza, à sua escala, um território *“cujas fronteiras são marcadas por referências históricas partilhadas e por uma língua comum”* (Franco, 2009, p. 159),

⁵ Ela foi efetivamente constituída, por documento subscrito, em 28 de junho de 1985, por Francisca Pereira, Nuno Kruz Abecasis, Alberto Massavanhame, Félix Gomes Monteiro, Laura Macedo, Gaspar Santos, Virgílio dos Santos e Carlos José de Amorim.

um território “*de territórios onde se implantou a Lusofonia (...) ligados por um património cultural que, diversificado e específico em cada região, tem sempre aquela componente como uma variável qualitativamente relevante*” (Moreira, 2005, p. 530, citado em Franco, 2009, p, 159).

Integrando, inicialmente, oito⁶ cidades capitais de língua oficial portuguesa, a UCCLA abraça hoje quarenta e uma cidades espalhadas pelos quatro continentes, sendo vinte e uma⁷ membros efetivos⁸, dezassete⁹ membros associados¹⁰, três¹¹ membros observadores¹², a que se juntam quarenta empresas dos mais diversos setores económicos.

O acordo de geminação entre as cidades de Lisboa e do Rio de Janeiro, assinado a 10 de Junho de 1980, e o fato da fundação da União das Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI), criada a 12 de outubro de 1982, se mostrar insuficiente por se restringir a dois continentes e, ainda, essas cidades terem mais de uma língua, diminuindo assim a coesão do projeto e a operacionalidade da União, foram, desde logo, dois momentos prévios que contribuíram para Nuno Krus Abecasis consolidar a ideia da necessidade e da oportunidade de constituição da UCCLA.

A adesão à UCCLA, cuja intenção de a constituir tinha já sido anunciada, a 10 de Junho de 1980, quando da assinatura do acordo de geminação entre as cidades de Lisboa e do Rio de Janeiro, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa, estava muito para lá da simples adesão a uma qualquer instituição de ajuda ao desenvolvimento, porque implicava a aceitação de um compromisso mútuo de forjar um destino comumente partilhado.

A cerimónia de fundação da UCCLA foi carregada de elevado simbolismo, aproveitando-se a ocasião da inauguração do Centro Cultural, no interior do

⁶ Bissau, Lisboa, Luanda, Macau, Maputo, Praia, Rio de Janeiro e São Tomé/Água Grande.

⁷ Angra do Heroísmo, Benguela, Bissau, Bolama, Brasília, Cacheu, Coimbra, Díli, Guimarães, Ilha Moçambique, Lisboa, Luanda, Macau, Maputo, Oecussi-Ambeno, Praia, Ribeira Grande de Santiago, Rio de Janeiro, Salvador da Bahia, Santo António do Príncipe, São Tomé/Água Grande.

⁸ Podem ser membros efetivos as antigas e atuais cidades capitais de língua portuguesa.

⁹ Almada, Assomada, Bafatá, Beira, Belas, Belém, Cascais, Cazenga, Gabu, Huambo, Natal, Odivelas, Oeiras, Porto Alegre, São Filipe, São Vicente/Mindelo, Sintra.

¹⁰ Podem ser membros associados as cidades de língua portuguesa cujas particularidades sejam relevantes para os objetivos e fins prosseguidos pela União e aqueles cuja população apresenta uma componente significativa histórica ou cultural ligada a qualquer dos países dos membros efetivos.

¹¹ Belo Horizonte, Loures, Nampula.

¹² Podem ser membros observadores as comunidades lusófonas e as cidades lusófonas e não lusófonas que pretendam acompanhar a atividade da UCCLA.

monumento à abertura de Portugal ao Mundo, através da Expansão Portuguesa - a Caravela de Pedra, ancorada na barra de Lisboa. Esta branca nave de pedra, banhada pelo Tejo, em Belém, *“está simbolicamente carregada com o lastro da História e tripulada pelas estátuas dos principais responsáveis e navegadores portugueses, que há cerca de 600 anos começaram a partir ao encontro dos povos Africanos, Americanos, Asiáticos e da Oceania, originando a verdadeira primeira globalização, visto abranger a escala de todos os continentes da Terra”* (Lourido, 2010, p. 29).

Sendo das primeiras, senão mesmo a primeira, instituição multilateral, em que as cidades – membros estão em igualdade de direitos e deveres e cuja adesão é livre e voluntária, a UCCLA vem contribuindo decisivamente para o fortalecimento dos laços que unem as cidades que lhe dão alma, fomentando o desenvolvimento económico, social e cultural e estimulando laços de solidariedade que privilegiam, naturalmente, o apoio às populações urbanas mais carenciadas, urbanas e periurbanas.

Ao longo dos seus 29 anos de existência pudemos assistir a três fases no seu desenvolvimento. Desde logo, uma 1ª fase mais Institucional e diplomática de constituição e alargamento da organização, com grande envolvimento e quase financiamento exclusivo da CML, nomeadamente em significativos projetos de infraestruturas urbanas.

Uma 2ª fase, após 2005, que começa com a crise económica, em que a UCCLA é obrigada a encontrar uma fonte complementar de financiamento, nomeadamente financiamento externo, principalmente da União Europeia e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, para o financiamento de projetos.

Uma 3ª fase, em que, com as XXV e XXVI Assembleias-Gerais (AG), se aprofunda a democraticidade interna e a responsabilização maior de todas as cidades membro, ao permitir que as presidências da Comissão Executiva passem, também elas próprias, a ser eleitas bem como a aprovação da proposta apresentada na XXVI AG - março 2009 - ao propor Salvador para exercer a presidência. Para António Costa, Ex-Presidente da UCCLA, *“foi o momento da mudança de paradigma: após mais de duas décadas sob a Presidência de Lisboa, o Município que impulsionara a sua fundação, a UCCLA necessitava do golpe de asa e encontrar outra cidade e outro*

continente para presidir aos seus desígnios. ... A UCCLA atingiu a sua maturidade” (Costa, 2010, p. 19).

Neste período, pudemos comprovar o importante trabalho desenvolvido pela UCCLA, bem patente nas distinções conferidas, de que se destacam duas atribuídas por organismos internacionais prestigiados, nomeadamente o reconhecimento oficial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) pelo trabalho na área da Educação, Ciência e Cultura, concedendo-lhe o Estatuto Consultivo, e o Estatuto Consultivo junto do Conselho Económico e Social (ECOSOC).

1.2. Os objetivos

A UCCLA é uma associação intermunicipal, de natureza internacional¹³, sem fins lucrativos, com estatuto consultivo junto da UNESCO e do ECOSOC, palco de frutuosa e intensa ação de intercâmbio e cooperação, visando *“a recuperação e o fortalecimento dos laços de solidariedade que, durante séculos, se tinham entretecido entre as cidades que a integravam, de forma a permitir a estruturação de um esforço comum, rumo ao desenvolvimento equilibrado de todas elas”* (Abecasis, 2000).

Assumindo a missão de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar das suas populações, intervém no domínio da cooperação descentralizada e na cooperação para o desenvolvimento, promovendo o desenvolvimento económico, científico, empresarial e a cultura lusófona, assim como a formação profissional, o saneamento básico, o urbanismo, as finanças e a cooperação industrial.

Para o seu fundador, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng. Nuno Kruz Abecasis, foi intenção inicial e expressa *“recuperar todos os valores culturais, históricos de convívio e de respeito mutuo, que se haviam forjado no passado comum, e pressagiava a vontade de construir uma comunidade de povos livres e independentes, unidos pelo uso de uma mesma língua e marcados por idênticos valores”* (Lourido, 2010, p. 27).

Os objetivos a que se propôs inicialmente foram cumpridos *“apostando a maior parte dos seus recursos em investimentos pontuais materializados em obras com alguma visibilidade local, acabando o modelo por se esgotar devido à sua dependência*

¹³ A UCCLA está constituída no ordenamento jurídico português como associação internacional, autorizada por despacho ministerial, de 13 de abril de 1988, publicado no Diário da República nº 122, III série, de 26 de maio de 1988.

dos fundos que o município de Lisboa podia, ou não, disponibilizar. A nova estratégia, para uma Nova UCCLA, tem a virtude da coerência que lhe é dada pelo alinhamento com os objetivos da ONU de combate à pobreza, flagelo que atinge de forma dramática grande parte das cidades-membros” (Franco, 2009, p. 159).

O espírito e as fronteiras da UCCLA estavam bem definidos desde a sua nascença, o seu fundador definiu a UCCLA “*não como uma qualquer instituição de ajuda ao desenvolvimento, mas sim um espaço de partilha de valores culturais, históricos, de convívio e de respeito mútuo, unidos pela uso de uma mesma Língua e marcados por idênticos valores*” (Silva, 2010, p. 11).

1.3. Órgãos Sociais da UCCLA (2013-15)

De acordo com a alteração aos Estatutos, aprovada na XXIX Assembleia Geral realizada na Cidade da Praia, no dia 17 de maio de 2013, a União, nos termos do art.º 12, Capítulo III, dos referidos Estatutos, tem os seguintes Órgãos Sociais: Assembleia-geral; Comissão Executiva; Conselho Fiscal; Conselho Consultivo Empresarial e Secretaria-Geral (fig. 1).



Fig. 1 – Órgãos Sociais da UCCLA (2013-15)

Fonte: <http://www.uccla.pt/orgaos-sociais/2013-15>

1.4. O trabalho desenvolvido

Ao longo dos 29 anos de existência da UCCLA o *“mundo lusófono foi palco de grandes acontecimentos e importantes transformações: a ampliação e aprofundamento de processos de integração económica e regional, avanços no ramo das ciências médicas, encurtamento das distâncias por meio do avanço das tecnologias da informação, da comunicação e dos transportes de massa, dentre outros”* (Carneiro, 2010, p. 9). Todas elas visaram o apoio ao desenvolvimento das cidades membros e à melhoria das condições de vida dos seus cidadãos, sobretudo no sentido de combater a pobreza, a exclusão social, a degradação ambiental, a violência urbana e seus efeitos nefastos.

No âmbito da temática em análise, de destacar também o projeto de Redes Temáticas de Cidades UCCLA¹⁴ que, criado a 7 de maio de 2010, visa promover a partilha de conhecimentos e de experiências na área da proteção civil, bem como definir políticas de cooperação e de solidariedade entre cidades UCCLA face à ocorrência de catástrofes.

A Rede Temática “Proteção Civil” integra dezassete cidades¹⁵. À UCCLA¹⁶ compete a coordenação central do programa e à cidade da Praia, cidade-guia da rede Temática “Proteção Civil” de cidades UCCLA, em ligação com as cidades que integram a rede, fundamentalmente, pôr em prática e fazer prova de que, quer a conceção da rede temática pelo tema que lidera, quer o conjunto de ações previstas no plano de atividades, possuem o realismo e o acerto necessários à sua afirmação, consolidação e

¹⁴ O projeto Redes Temáticas de Cidades UCCLA, proposto pela UCCLA e aprovado em 7 de maio de 2010, na cidade de Salvador da Baía, na XXVII Assembleia-geral da UCCLA, inclui 2 redes temáticas, sendo que cada uma tem uma cidade guia, cujas atribuições e competências estão expressas no Regulamento aprovado em Lisboa pela Comissão Executiva, em 15 de outubro do mesmo ano.

Estas redes são:

- “Proteção Civil” cuja cidade guia é a cidade da Praia (Cabo Verde);
- “Proteção e Valorização do Património Histórico” cuja cidade guia é a cidade de Guimarães (Portugal).

¹⁵ Angola (1), Brasil (1), Cabo Verde (3), Guiné Bissau (1), Macau (1), Moçambique (1), Portugal (8) e São Tomé e Príncipe (1).

¹⁶ Nos termos do Regulamento aprovado, em Lisboa, pela Comissão Executiva da UCCLA, a 25 de outubro de 2010, as redes temáticas visam fundamentalmente: 1) Acompanhar as mais modernas tendências e experiências no seu domínio; 2) Troca de experiências; 3) Encontro de técnicos das diferentes municipalidades; 4) Favorecer estágios; 5) Favorecer reflexões sobre legislação e demais documentação; 6) Disponibilizar informação sobre a avaliação correspondente às medidas e atividades que vierem a ser desenvolvidas no seu âmbito.

expansão. Esta Rede já realizou três encontros técnicos: Cidade da Praia, Cabo Verde (2011), Lisboa, Portugal (2012) e Huambo, Angola (2013).

Cidades de quatro continentes, interligadas pela lusofonia, tiveram e continuam a ter, diante de si, terreno fértil para o cultivo de uma intensa e produtiva atividade de intercâmbio e cooperação na formação de quadros e prestação de serviços, em especial nos municípios mais débeis, implantação de equipamentos sociais, transferência de tecnologias, equipamentos para uso urbano, apoio na representação internacional e no intercâmbio empresarial e finalmente no apoio ao desenvolvimento económico, social e cultural, nas respetivas cidades.

Capítulo II – Estágio Curricular

2.1. Descrição das atividades

O estágio curricular que realizamos na UCCLA teve a duração aproximada de 7 meses, num período que decorreu desde 1 de outubro de 2013 a 6 de junho de 2014, de acordo com o programa de estágio que ficou definido.

Na realização do estágio consideramos de relevante importância todas as atividades já antes desenvolvidas no âmbito da UCCLA, no âmbito das funções que desempenhámos na CML, enquanto Comandante do RSB¹⁷ e Diretor Municipal da DMPCS¹⁸, com grande proximidade à União. Podemos assim afirmar que o estágio na UCCLA retratam um período temporal para além do previsto na sua realização, onde foi possível adquirir saberes que nos permitiram ter uma visão global do muito que se faz, no âmbito da problemática em análise, nas cidades membros.

De referir, desde logo, uma deslocação ao Município da Praia, Cabo Verde, no período de 24 a 29 de outubro de 2010, para apoio na organização dos Serviços dos Bombeiros daquele Município, no sentido de ministrar formação e inventariar, conjuntamente com a Câmara Municipal da Praia, as necessidades mais prementes. Como consta do relatório da visita (Anexo II)¹⁹, pudemos constatar do empenho do Município da Praia na revitalização da sua componente de proteção e socorro, através das várias iniciativas legislativas levadas já a cabo, nomeadamente da aprovação do “Regulamento Municipal do Serviço dos Bombeiros do Município da Praia” e da operacionalidade do seu Corpo de Bombeiros, nomeadamente no que diz respeito à componente formativa e reequipamento. Verificou-se, ainda, a grande visão estratégica do Sr. Presidente da CM da Praia, Dr. José Ulisses de Pina Correia e Silva, para as áreas da Segurança Contra Incêndios em Edifícios e Taxa da Proteção Civil, que importava legislar.

¹⁷ Nomeado, em 23 de junho de 2008, em Comissão de Serviço, Comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSB), da Câmara Municipal de Lisboa. Desempenhou esta função no período de 23 de junho de 2008 a 24 de novembro de 2013.

¹⁸ Nomeado, em 26 de maio de 2011, como Diretor Municipal da Direção Municipal de Proteção civil e Socorro (DMPCS), da Câmara Municipal de Lisboa, em acumulação de funções com as Comandante do RSB. Desempenhou esta função no período de 26 de maio de 2011 a 24 de novembro de 2013.

¹⁹ O relatório da visita ao Corpo de Bombeiros Municipais do Município da Praia, Cabo Verde (Anexo II) não incorpora os respetivos anexos, por se considerar pouco relevantes.

De destacar, também, a nossa presença no projeto de Redes Temáticas de Cidades UCCLA, que trata a temática em análise, e onde foi possível participar em dois dos três encontros técnicos realizados²⁰ até à presente data. Este projeto, que a cidade da Praia lidera, tem constituído um amplo espaço de debate e partilha de conhecimentos e trocas de experiências na área da Proteção Civil, demonstrativo de que, perante as fragilidades de cada um dos seus membros, é possível mudarmos de paradigma e, na medida das nossas responsabilidades, criar uma mentalidade social de prevenção e adotar uma verdadeira cultura de Proteção Civil.

O 1º Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil” realizou-se em Cabo Verde, Cidade da Praia, entre 12 e 13 de outubro de 2011 (Anexo III).

O 2º Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil”, onde participámos como moderador (Anexo IV), teve lugar em Portugal, cidade de Lisboa, no Padrão dos Descobrimentos, entre os dias 10 e 11 de outubro de 2012. Foram definidos como principais objetivos deste encontro, ao qual assistiram cerca de 70 pessoas, representantes de várias cidades UCCLA de Angola, Cabo Verde, Macau, Moçambique e Portugal, favorecer a partilha de conhecimentos e trocas de experiência entre os técnicos das cidades membros da rede, bem como promover a reflexão acerca das ocorrências, soluções, meios e medidas mitigadoras que possam melhorar a resposta às catástrofes associadas às funções da Proteção Civil.

As apresentações com incidência em problemas e ocorrências diversas foram de grande qualidade pelo seu conteúdo, importância e atualidade, seja na previsão e preparação das populações face ao risco sísmico (Portugal, Moçambique), sejam os erros de construção, na sua qualidade e localização, que potenciam risco permanente a vulnerabilidade acrescida (Cabo Verde, Angola), sejam os riscos decorrentes de derrocadas, enxurradas e ausência de sistemas de prevenção (Portugal, Cabo Verde)

²⁰ No 2º Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil”, que decorreu na cidade de Lisboa, em 11 de outubro de 2012, participamos como Moderador dos temas “Requalificação da encosta de Vila Nova: uma medida estrutural na mitigação de riscos de cheias na cidade da Praia” (orador: Dr. Celestino Barbosa Afonso – Câmara Municipal da Praia), “Contributos da Proteção civil da Câmara de Torres Novas no âmbito da geminação com o Município da Ribeira Grande de Santo Antão” (orador: Dr. António Rodrigues - Câmara Municipal de Torres Novas) e “Riscos Costeiros e as Vulnerabilidades Costeiras” (orador: Dr. Carlos Estibeira – Câmara Municipal de Cascais).

No 3º Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil”, que decorreu em Huambo, Angola, em 9 de outubro de 2013, participamos como orador com o tema “Incêndios florestais: uma visão organizacional ao nível das estruturas de planeamento e execução, enquanto fatores de mudança estratégica”.

como a referência a mecanismos, atividades e soluções em curso, visando situações que, tratados com rigor, detalhe e sentido profissional, respeitam a todos os países presentes.

Constatou-se, e é de salientar, os notáveis esforços que estão a ser feitos para que uma cultura de segurança e prevenção seja implementado, com o objetivo de se conseguir chegar mais perto da população a fim de prevenir consequências que podem conduzir a um desastre. Para além da componente técnica, este encontro possibilitou o estabelecimento de mecanismos de aproximação e cooperação no âmbito da Proteção Civil entre as cidades membros da UCCLA.

O 3º Encontro Técnico da Rede Temática "Proteção Civil" (Anexo V), onde destacamos a nossa participação como orador, teve lugar em Angola, município de Huambo, entre os dias 9 e 10 de outubro de 2013.

Este encontro, articulado entre a UCCLA e Administração do Huambo, contou com a presença de representantes das cidades de Cascais e Lisboa (Portugal), Maputo (Moçambique), Praia e São Domingos (Cabo Verde) e três representantes da Comissão Administrativa de Luanda, para além do próprio município do Huambo e de representantes dos centros universitários do Huambo. Marcaram também presença autoridades civis e militares da Província do Huambo.

Neste encontro, que teve como denominador comum o papel do desenvolvimento sustentável, que deverá conciliar o crescimento económico com a preservação do ambiente, onde se inclui toda a problemática da Proteção Civil, a troca de experiências no domínio da Proteção Civil, nas diferentes cidades e com problemas específicos, permitiram responder à manifesta preocupação na sustentabilidade e no desenvolvimento das populações, de modo a possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

A temática por nós abordada, “Os Incêndios Florestais/Urbanos: Uma visão organizacional ao nível das estruturas de planeamento e de execução, enquanto fatores de mudança estratégica”, vem transportar uma nova visão integrada e integradora de “pensar” a Proteção e o socorro, com propostas concretas desenvolvidas em Portugal e na cidade de Lisboa, com vista a garantir uma resposta

mais célere e coordenada em prol da salvaguarda da vida e dos bens dos cidadãos. Com a concretização destes projetos, onde os mecanismos de prevenção e de resposta à emergência são claramente melhorados e potenciados, as estruturas de Proteção Civil estarão, cada vez mais, preparadas para “responder ao impensável” e, consequentemente, salvaguardar a vida e os bens dos cidadãos.

É nesta nova cultura organizacional que cabe a reflexão contida no presente relatório, que visa, assim, fundamentalmente, compreender como se organizam e se articulam as estruturas de Defesa, Segurança e Proteção Civil e conceber, implementar e avaliar, a nível municipal (município de Lisboa), um novo modelo integrado de Segurança, Proteção e Socorro, através da agregação de meios de coordenação e de decisão num único espaço, suportadas por um sistema único de comunicações de acionamento de meios das respetivas estruturas, garantindo, assim, uma resposta operacional mais célere e coordenada.

Este modelo poderá constituir um guia importante para as cidades capitais de Língua Portuguesa, que integram a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), enquanto fator motivador de desenvolvimento sustentado.

2.2. Importância do presente projeto no âmbito da UCCLA

A UCCLA é, assumidamente, uma associação de cidades capitais, representante de povos e nações livres, sem fins lucrativos, que, através de uma intensa ação de intercâmbio e cooperação, tem assumido a missão de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar das suas populações.

Foi, também, no reforço deste ideal que em 7 de maio de 2010, na XXVII Assembleia-geral da UCCLA, foi aprovado o projeto Redes Temáticas de Cidades UCCLA, onde a *“partilha de conhecimentos e trocas de experiências na área de Proteção Civil, aproximação e cooperação entre cidades UCCLA e membros do projeto, são diretrizes que nortearam a conceção e afirmação atual da Rede Temática, que a cidade da Praia lidera”* (Silva, 2011).

É neste contexto, do conhecimento e da cooperação, plasmado no ideal do projeto Redes Temáticas de Cidades UCCLA, que entendemos poder partilhar o presente modelo, como potencial guia para as cidades capitais de Língua Portuguesa, que integram a UCCLA, enquanto fator motivador de desenvolvimento sustentado.

É sabido que os modelos que possam resultar numa determinada cidade não terão, necessariamente, aplicabilidade noutras cidades com organizações económicas, sociais e culturais distintas. Contudo, das experiências já colhidas no seio da UCCLA, pensamos que o modelo que propomos, não podendo ser decalcado e tendo naturalmente em consideração variáveis de contexto, poderá, ainda assim, servir como linha orientadora na implementação de um modelo integrado de Segurança, Proteção e Socorro, se, como antecipamos, o objetivo final para os cidadãos, nomeadamente, a salvaguarda da vida e dos bens, do desenvolvimento social e económico, de realização humana e cultural e de um uso adequado dos recursos da terra e preservação das espécies e dos habitats naturais, é o mesmo.

No caso concreto em estudo, a cidade de Lisboa, importa considerar, enquanto modelo passível de implementação noutras cidades, que ao modelo organizativo, face à sua visão menos hierarquizada, subjaz uma racionalidade sistémica, a qual, aceita e partilha uma visão cultural integrada e sistémica, *“em que os diferentes saberes são válidos em função do contexto em que são mobilizados. Não há, por isso, conhecimentos hierarquicamente superiores a outros”* (Leitão, 2009, p. 57).

É esta nova visão paradigmática em que assenta o projeto que nos propomos apresentar no capítulo seguinte, que nas funções que desenvolvemos na CML, no período de 2008 a 2013, implementámos, com sucesso, na cidade de Lisboa.

Capítulo III – O Sistema de Proteção Civil

3.1. Enquadramento histórico e concetual

O ano de 2005, e, mais concretamente, a data de 11 de maio de 2005, será o nosso ponto de partida para percebermos, por um lado, o enquadramento do Sistema de Proteção Civil até essa data, e por outro, a avaliação que foi efetuada pela Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais (ANIF)²¹, que integrámos, criada com o objetivo de elaborar, no período de 11 de maio a 25 de outubro do mesmo ano, um relatório final que, partindo das falhas ou carências detetadas, fossem apontadas as vias alternativas para as minimizar ou eliminar.

A avaliação levada a cabo pela ANIF, após um período de seis meses, em que foi possível apreciar a preparação, a organização e o desempenho das diferentes entidades, (Portugal, Ministério da Administração Interna. Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais, 2005) apresentada a 25 de outubro ao Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. António Costa, não pretendendo ser exaustiva, procurou, ainda assim, proporcionar ao Governo informações e sugestões que balizassem decisões que viesse a entender tomar.

Este relatório, para maior facilidade de leitura, foi articulado em dois volumes: o volume I (Anexo VI) com a abordagem da problemática, a avaliação e respetivas conclusões e propostas, e o volume II (Anexo VII) com os contributos, ação e fragilidades dos departamentos integrantes do dispositivo, as atas das reuniões e as intervenções/briefings da Autoridade Nacional e os Comunicados aos Órgãos de Comunicação Social (OCS).

²¹ A Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais (ANIF) tomou posse em 11 de maio de 2005, quatro dias antes do início da fase ALFA do combate aos incêndios, que o Governo decidiu antecipar para 15MAI05. Foi criada pela Resolução nº88-A/2005 do Conselho de Ministros por, entre outros considerandos, *“ser urgente, necessário e possível desenvolver um conjunto de iniciativas que melhorem a capacidade de planeamento e a coordenação de ações que assegurem uma adequada e efetiva colaboração entre todos os intervenientes nas operações de vigilância, aviso, deteção, alerta, combate e rescaldo aos incêndios florestais, através de uma direção, liderança e coordenação coesa, eficaz e integrada”*.

De acordo com o citado diploma, integraram a ANIF o Diretor Nacional, o Diretor Nacional Adjunto, o Presidente do SNBPC, o Presidente do ICN, o Diretor Geral dos Recursos Florestais, o Presidente da APIF e o Presidente do Instituto de Meteorologia. No Diploma, eram atribuídas à Autoridade um conjunto de tarefas, cuja direção era atribuída ao Diretor Nacional e ao Diretor Nacional Adjunto. Junto da ANIF, exerceram funções de apoio e ligação um núcleo muito restrito de elementos do Exército, da GNR e um oficial de ligação da PJ.

As conclusões deste relatório dão-nos conta das fragilidades das estruturas de prevenção, de deteção e vigilância, da resposta operacional bem como da coordenação e comando do Sistema de Proteção Civil, apresentando-se aqui propostas claras e concretas para responder às fragilidades identificadas, que vão implicar um esforço legislativo²², do qual relevamos o desenvolvido no período de 31 de outubro de 2005 a 23 de junho de 2008²³.

Assim, ao nível da reforma legislativa, releva-se, neste período, a publicação da nova Lei de Bases de Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho)²⁴, a criação do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (Decreto-Lei nº 134/2006, de 25 de julho)²⁵, a criação da Autoridade Nacional de Proteção Civil (Decreto-Lei nº 75/2007, de 29 de março)²⁶, o estabelecimento do enquadramento e resposta da Proteção Civil no âmbito municipal (Lei nº 65/2007, de 12 de novembro)²⁷ e a criação da Taxa de Proteção e Socorro (Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro), no âmbito da reforma do financiamento autárquico, destinada à prevenção e gestão de riscos e à proteção civil.

No âmbito da modernização do Setor dos Bombeiros, releva-se, neste período, a publicação do Regime Jurídico das Associações Humanitárias (Lei nº

²² Releva-se, desde logo, entre outros: a criação do perfil funcional de competências da nova estrutura do comando único, ao nível Municipal, Distrital e Nacional; a alteração à Lei de Bases da Proteção Civil - Lei n.º 113/91, D.R. 29.08.1991 (1ª Série A) - face às alterações que se propõe nesta matéria; a alteração à Lei Orgânica do Serviço Nacional de Bombeiro e Proteção Civil (SNBPC) - Decreto-Lei nº 49/2003, D.R. 25.03. 2003 (1ª Série A) – face à necessidade de ser introduzido o conceito de Comandante Municipal e ao novo quadro de competências do Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS), do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS), do Comandante Operacional Nacional (CONAC) e dos Comandantes Operacionais Distritais (CODIS); a alteração da portaria que define o Sistema de Socorro e Luta contra incêndios (SSLI) - Portaria N.º 449/2001, D.R. 05.05.2001 (1ª Série B) - face aos novos conceitos que são introduzidos ao nível Municipal e Distrital e Nacional e as alterações ao Diploma que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta contra Incêndios - Decreto-Lei Nº 156/2004, D.R. 30.06.2004 (1ª Série A) – face às medidas preconizadas para o nível Nacional e Municipal.

²³ Este espaço temporal (31 de outubro de 2005 a 23 de junho de 2008), reflete o impulso legislativo no período que medeia o término do Relatório da ANIF e a tomada de posse do signatário enquanto Comandante do RSB, que serviu de suporte à implementação do novo conceito de segurança na cidade de Lisboa.

²⁴ Este diploma será analisado no ponto 3.2.1. - A Lei de Bases de Proteção Civil -, do Capítulo III – O Sistema de Proteção Civil.

²⁵ Este diploma será analisado no ponto 3.2.2. - O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro -, do Capítulo III – O Sistema de Proteção Civil.

²⁶ Este diploma será analisado no ponto 3.2.3. - A Autoridade Nacional de Proteção Civil -, do Capítulo III – O Sistema de Proteção Civil.

²⁷ Este diploma será analisado no ponto 3.3. - Enquadramento da Proteção Civil no âmbito municipal -, do Capítulo III – O Sistema de Proteção Civil.

32/2007, de 13 de agosto)²⁸, do Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros (Decreto-Lei nº 247/2007, de 27 de junho)²⁹ e a criação do novo Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses (Decreto-Lei nº 241/2007, de 21 de junho)³⁰. É, também, aprovada a estrutura do Programa de Apoio Infraestrutural e são determinadas as características técnicas das estruturas operacionais de bombeiros de 3.ª geração (Portaria nº 1562/2007, de 11 de dezembro)³¹ e criada a Medalha de Mérito de Proteção e Socorro (Portaria nº 980-A/2006, de 14 de junho), destinada a galardoar instituições e cidadãos pelos altos serviços prestados ao país.

No âmbito da Resposta aos Riscos, releva-se, neste período, a aprovação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, 11 de maio)³², a criação das medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho), que define obrigações e responsabilidades para os diversos níveis da administração ao nível do planeamento e da organização operacional, e a aprovação, pela Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), na reunião realizada no dia 20 de novembro de 2007, do Plano de Risco Sísmico da AM de Lisboa e concelhos limítrofes, sendo, posteriormente, aprovado por Resolução do Conselho de Ministros. De referir, ainda, no mesmo âmbito, o novo diploma relativamente a acidentes graves com substâncias perigosas (Decreto-Lei nº 254/2007, de 12 de julho), que determina a forma de participação da ANPC, dos municípios e dos bombeiros na prevenção de acidentes que envolvam substâncias perigosas.

²⁸ O Regime Jurídico das Associações Humanitárias - Lei nº 32/2007, D.R. 13.08.2007 (1ª Série) – vem determinar o enquadramento e a estrutura organizativa destas, a forma de relacionamento com os seus corpos de bombeiros e os regimes de financiamento.

²⁹ O Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros - Decreto-Lei nº 247/2007, D.R. 27.06.2007 (1ª Série) - vem consagrar novas tipologias de CB, define as circunstâncias em que se desenvolve o serviço operacional e o regime de organização dos CB, a criação de forças conjuntas, de forças especiais e de equipas de intervenção permanente e estrutura novos quadros de pessoal.

³⁰ O Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses - Decreto-Lei nº 241/2007, D.R. 21.06.2007 (1ª Série) - determina, entre outras, os deveres e direitos dos Bombeiros Portugueses, define as regalias a que têm acesso e as condições em que esse acesso se concretiza.

³¹ Este diploma - Portaria nº 1562/2007, D.R. 11.12.2007 (1ª Série) – determina os tipos de apoio, as áreas para as novas estruturas e as indicações técnicas mínimas.

³² O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) – Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, D.R. 26.05.2006 (1ª Série - B) - estabelece um quadro de responsabilidades muito claras e separa das responsabilidades da prevenção estrutural (DGRF), a fiscalização, deteção e vigilância (GNR) e combate (ANPC) e a sua ligação funcional ao nível do SIOPS.

No âmbito da Estruturação e consolidação Operacional, releva-se, neste período, a consolidação institucional do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e a criação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) no âmbito orgânico da Guarda Nacional Republicana (Decreto-Lei nº 22/2006, de 2 de fevereiro)³³, a criação da Força Especial de Bombeiros (Despacho nº 22396/2007, de 26 de setembro)³⁴ e a alteração do regime de apoio, articulação e intervenção dos Sapadores Florestais (Decreto-Lei nº 38/2006, de 20 de fevereiro), que vem possibilitar a participação destes agentes de proteção civil em diversas ações e intervenções especialmente no âmbito dos Incêndios Florestais.

Este esforço legislativo vem, assim, criar uma capacidade de resposta efetiva em prol das comunidades, onde o planeamento é essencial para evitar uma política puramente reativa, um reforço dos mecanismos de prevenção, da resposta operacional e da interoperacionalidade dos meios e uma melhoria na articulação entre a proteção civil e os bombeiros, de forma a assegurar o necessário reforço da coordenação e da operacionalidade.

3.2. Enquadramento Legislativo Nacional

3.2.1. A Lei de Bases de Proteção Civil

As bases do regime jurídico da proteção civil foram estabelecidas no início dos anos noventa, através da Lei n.º 113/91, de 29 de agosto, ainda em vigor (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/96, de 31 de julho).

Considerando a necessidade de introduzir ajustamentos e aperfeiçoamentos evidenciados pela experiência, com reflexos diretos na acentuação do carácter integrado, operativo e funcional do sistema, foi aprovada a nova Lei de Bases de Proteção Civil (LBPC) - Lei n.º 27/2006, D.R. 03.07.2006 (1ª Série) – que vem promover uma alteração, muito profunda, no sistema que passa a organizar-se em torno de dois

³³ Este diploma - Decreto-Lei nº 22/2006, D.R. 02.02.2006 (1ª Série - A) - consagra, no âmbito da Guarda Nacional Republicana (GNR), o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e cria o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), transferindo para aquela força de segurança o pessoal do Corpo de Guardas Florestais da Direção-Geral dos Recursos Florestais e definindo os termos da coordenação desta força de segurança na estrutura nacional de proteção civil.

³⁴ Este Despacho - Despacho nº 22396/2007, D.R. 26.09.2007 (2ª Série) - vem promover a estruturação e enquadramento das brigadas helitransportadas de combate a incêndios, que foram reorganizadas, ainda em 2005. Em 2007 promoveu-se o alargamento do seu dispositivo, a sua dependência hierárquica e valorizou-se a sua capacidade operacional.

eixos complementares, por um lado, o princípio da subsidiariedade³⁵, por outro, o princípio da coordenação, numa perspetiva organizacional, e o princípio da unidade de comando, numa perspetiva operacional.

São definidos, claramente, os sistemas de aviso e alerta e é introduzida uma clarificação das estruturas política e operacional. Define a forma de participação dos Agentes de Proteção Civil (APC) e as obrigações de colaboração de entidades agregadas, e promove, ainda, a relação entre os Sistemas de Defesa Nacional, de Gestão de Crises e de Segurança Interna a montante e os Sistemas de Proteção e Socorro e de Emergência Médica a jusante.

A estrutura organizacional aqui retratada procura atingir um ponto de equilíbrio entre a complexidade resultante da dispersão de territórios e atribuições, por um lado, e o carácter operacional inerente à função, por outro.

3.2.2. O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) – Decreto-Lei nº 134/2006, D.R. 25.07.2006 (1ª Série) – é um *“conjunto de estruturas, normas e procedimentos de natureza permanente e conjuntural que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único”* (Decreto-Lei nº 134/2006, de 25 de julho), sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.

O SIOPS, no essencial, vem estabelecer a estrutura de “comando único” e determinar a forma de articulação entre forças e serviços necessários às intervenções em situação de acidente grave e catástrofe. São constituídos, para tanto, os Centros de Coordenação Operacional de âmbito nacional e distrital. Ao nível operacional é definida a organização dos teatros de operações e a forma de articulação entre todos os agentes que, no terreno, têm como função salvaguardar vidas e haveres.

A estrutura de Comando é assumida pelos Comandantes Operacionais da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

³⁵ O princípio da subsidiariedade, aponta para uma determinação atempada da natureza e gravidade da ocorrência e consequente avaliação da suficiência dos recursos mais próximos para lhe fazer face. A proteção civil é uma tarefa cívica, por excelência. A sua responsabilidade deve ser partilhada por todos: do Estado às outras entidades públicas, das empresas aos cidadãos.

3.2.3. A Autoridade Nacional de Proteção Civil

Com a entrada em vigor da nova Lei de Bases de Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho), foi redefinido o sistema de proteção civil, assumindo a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) - Decreto-Lei nº 75/2007, D.R. 29.03.2007 (1ª Série) - um papel fundamental no âmbito do planeamento, coordenação e execução da política de proteção civil.

Esta nova estrutura, que vem substituir o Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil (SNBPC), conta com três novas Direções Nacionais de nível superior, uma Direção Nacional de Serviços de Proteção Civil, uma Direção Nacional de Planeamento de Emergência e uma Direção Nacional de Bombeiros.

Desta forma, autonomiza-se e valoriza-se o planeamento de emergência, cada vez mais importante no universo da prevenção e gestão de riscos, os bombeiros portugueses voltam a ter um interlocutor claro na administração central e atribui-se, a esta nova entidade, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

3.3. Enquadramento da Proteção Civil no âmbito municipal

Com a entrada em vigor da nova Lei de Bases de Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho), foi estabelecido o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal - Lei nº 65/2007, D.R. 12.11.2007 (1ª Série) – bem como uma forma de resposta, por parte dos municípios, às inúmeras questões que hoje se colocam ao nível do planeamento e da gestão de emergências.

É criado o Comandante Operacional Municipal (COM), que tem como funções principais o planeamento e a coordenação operacional dos agentes, e a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), que assegura a articulação entre todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, garantindo os meios considerados necessários, adequados e proporcionados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

No âmbito do mesmo enquadramento legal, compete às Câmaras Municipais (CM), através dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC), a elaboração do Plano

Municipal de Emergência (PME)³⁶, que define a atuação do sistema municipal de proteção civil relativamente às responsabilidades, organização e conceito de operações em resposta a uma emergência que afete o normal funcionamento da vida quotidiana no município, para posterior aprovação em sede de Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC).

³⁶ É objetivo fundamental Plano Municipal de Emergência (PME) a adequação de medidas que atenuem os efeitos dos danos humanos e materiais, não só através da definição de uma estrutura operacional com procedimentos de atuação próprios no socorro de emergência, mas também através de uma intervenção preventiva ao nível das estruturas físicas e sociais.

Capítulo IV – A Segurança na Cidade de Lisboa - Um modelo organizacional.

4.1. Enquadramento Histórico

Cabe aos municípios, enquanto primeiro nível da estrutura do Sistema Nacional de Proteção Civil, no cumprimento com o princípio da subsidiariedade, *“garantir todas as ações de prevenção/mitigação, de preparação, de resposta /intervenção e de recuperação/reabilitação, enquanto componentes do ciclo dos acidentes e catástrofes”* (RSB, 2011, p. 14).

O ano de 2008³⁷ constitui, sem dúvida, um marco importante de mudança de paradigma na segurança na cidade de Lisboa.

O Município de Lisboa, através da Câmara Municipal de Lisboa (CML), dispunha, até então, de uma estrutura de resposta operacional municipal assente, essencialmente, em quatro pilares municipais, o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSB), a Polícia Municipal (PM), o Departamento de Proteção Civil (DPC) e a Polícia Florestal (PF)³⁸, estruturas perfeitamente estanques, dispondo, cada uma delas, de uma Central de receção de chamadas, despacho de meios e gestão das operações. Nas diversas ocorrências da cidade de Lisboa as restantes unidades orgânicas da CML eram apenas envolvidas por solicitação destas quatro entidades. A articulação destes Agentes de Proteção Civil (APC) era, essencialmente, feita na própria ocorrência, sendo a mesma tratada de forma individualizada tanto ao nível do tratamento estatístico como ao nível do tratamento da informação.

O RSB, sendo uma referência na história dos bombeiros em Portugal, já que é o corpo de bombeiros mais antigo do país, com 619 anos de existência, constituiu-se como um APC, na dependência direta do Presidente da CML³⁹, e desenvolve a sua missão, com meios próprios, na área do município de Lisboa⁴⁰.

³⁷ Data da tomada de posse como Comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSB), da Câmara Municipal de Lisboa. Desempenhou esta função no período de 23 de junho de 2008 a 24 de novembro de 2013.

³⁸ Em 2011, no âmbito da reorganização estrutural e de funcionamento dos Serviços Municipais a PF passou a integrar a PM.

³⁹ Poderá, por subdelegação, ficar na dependência direta do Vereador com o pelouro da Segurança.

⁴⁰ A sua intervenção fora da área do município de Lisboa ocorre mediante solicitação e depende de autorização do Presidente da CML, sendo que nesses casos os elementos do RSB atuam sob o comando dos seus superiores naturais, cumprindo a chefia destes as instruções da autoridade que, no lugar, tenha a direção das tarefas para o restabelecimento da normalidade, sem prejuízo do mesmo poder formular as observações técnicas orientadas à melhor utilização e com o menor risco possível, do pessoal e do material.

Em termos funcionais o RSB é uma estrutura municipal que desenvolve a sua missão⁴¹ no âmbito da proteção e socorro apoiado num corpo de profissionais com o estatuto de Corpo Especial de Funcionários Especializados de Proteção Civil, integrados nos quadros de pessoal da CML (Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril).

Atento ao cabal exercício das suas competências, o RSB, com sede no Quartel da 1ª Companhia, é hierarquicamente estruturado por um Comando⁴², apoiado por três estruturas organizativas principais, os Órgãos de Estado-Maior⁴³, os Órgãos de execução⁴⁴ e os Órgãos de Apoio Geral⁴⁵, com um efetivo de cerca de 1.000 profissionais colocados em dez quartéis estrategicamente localizados na cidade (fig. 2)⁴⁶, um Destacamento no Aeroporto de Lisboa, um Escola de Formação, uma Central de Despacho de Meios e acompanhamento das ocorrências, também designada por Centro de Transmissões do Comando (CTC), e um Museu.

⁴¹ O RSB garante a segurança de pessoas e bens na cidade de Lisboa, através de ações de socorro e prevenção e colabora na atividade de proteção civil, no âmbito do exercício das seguintes funções específicas que lhe forem atribuídas: a prevenção e o combate a incêndios; o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes; o socorro a naufragos e buscas subaquáticas; o socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica; a emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros; a participação em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas; o exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações; a participação em outras ações e o exercício de outras atividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respetivas entidades detentoras; a prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

⁴² O Comando é constituído por Comandante, 2º Comandante e 2 Adjuntos Técnicos,

⁴³ O Estado-maior é constituído por Secções com competências nas áreas das Operações, Pessoal, Logística, Prevenção e Segurança.

⁴⁴ Integram os Órgãos de execução: 4 Companhias de Intervenção, pela Companhia de Intervenção Especial, pela Companhia de Comando e Serviços, pelo Destacamento do Aeroporto de Lisboa que têm como missão apoiar a estrutura de comando, bem como desenvolver todas as atividades de carácter operacional.

⁴⁵ Os Órgãos de Apoio Geral são compostos por inúmeros serviços de carácter técnico-administrativo de apoio tais como são a Secretaria-geral, Gabinete do Comando, Gabinete de Apoio ao Comando, Gabinete de Relações Públicas, Gabinete Administrativo e Financeiro, Gabinete Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, Gabinete de Assessoria Histórica e Cultural, Núcleo de Gestão dos Sistemas Informáticos e Telecomunicações, Núcleo de Proteção Ambiental, Núcleo de Apoio à Formação, Núcleo de Desporto e o Serviço de Obras.

⁴⁶ Geograficamente, a localização destes quartéis e dos meios materiais e humanos neles existentes, está estrategicamente implementada na cidade de Lisboa, dividindo-a em 5 setores operacionais. Cada setor constitui uma área operacional adstrita a cada companhia de intervenção composta por dois quartéis, sede e estação. Com esta distribuição pretende-se assegurar que toda a área da cidade possa ser facilmente alcançável pelos meios do RSB, conseguindo-se, desta forma, garantir uma rápida e eficaz intervenção dos meios de socorro e o consequente cumprimento da missão atribuída a esta secular instituição.

Na vertente operacional, o RSB está organizado em dois Batalhões⁴⁷, cinco Companhias Operacionais⁴⁸, uma Companhia de Comando e Serviços (CCS) e um Destacamento. Dispõe ainda de algumas equipas especiais de intervenção de que são exemplos, a Unidade de Controlo Ambiental, o Destacamento de Intervenção em Catástrofes, o Grupo de Mergulhadores e a Unidade Cinotécnica de Resgate.

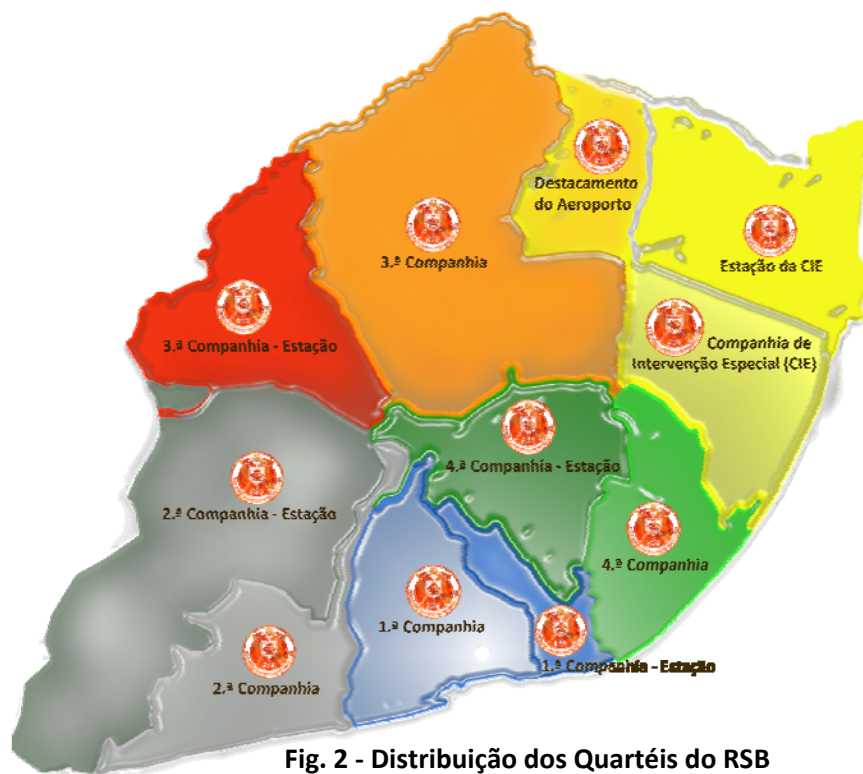


Fig. 2 - Distribuição dos Quartéis do RSB

Fonte: Anuário do RSB (2012)

Considerando a estanquidade desta estrutura, já antes referida, a articulação com o Sistema e Nacional e Distrital de Proteção Civil, nomeadamente a ANPC e o CDOS de Lisboa, era esporádica ou mesmo inexistente. O mesmo se passava com a estrutura governativa, nomeadamente o Governo Civil de Lisboa e Juntas de Freguesia, sendo a ligação com o executivo da CML feita apenas através do

⁴⁷ O Batalhão é uma organização militar tipo, constituída por duas ou mais companhias, com um efetivo médio que pode ir de 250 a 500 profissionais e tradicionalmente comandada por um Chefe Principal. Dois ou mais batalhões constituem um Regimento.

⁴⁸ A Companhia é uma organização militar tipo, com um efetivo médio que pode ir de 60 a 250 profissionais, tradicionalmente comandada por um Chefe de 1ª Classe. Estruturalmente divide-se em Quartel sede e em Quartel estação, inseridos geograficamente num setor operacional que constitui a sua área preferencial de operação. O Quartel sede, normalmente de maior dimensão e com um maior número de elementos e veículos, é o local onde se encontra sediado o Comandante de Companhia e onde é feita a gestão da mesma. O Quartel estação é chefiado por um Chefe de Quartel. A criação dos Quartéis estação teve como filosofia localizarem-se, embora dentro da mesma área de operação, em zonas de menor importância habitacional, conceito já não é aplicável.

Comandante, via telefone. De referir ainda que, dispondo a cidade de seis Corpos de Bombeiros voluntários (CBV)⁴⁹, a sua ativação era feita, via telefone, sempre que a situação justificasse o seu envolvimento.

Na resposta operacional do RSB, a ativação dos meios de socorro das Companhias Operacionais era feita via telefone, através de uma ligação direta entre o operador da “Sala de Despacho de Meios” e o elemento que em cada Companhia estava colocado no designado “aparelho”, que não é mais do que um local de controle de acessos às referidas estruturas. Era este elemento que, recebendo a informação, via telefone, dava indicação para os meios solicitados se deslocarem para a ocorrência em causa.

A articulação entre esta estrutura de socorro e outras entidades fundamentais para a resolução das ocorrências, como é exemplo a EDP, EPAL, REFER, Lisboa Gás, entre outras, era feita via telefone, através da Sala de Despacho de Meios, originando, em determinadas situações, atrasos muito significativos na reposição da normalidade.

Também do ponto de vista da gestão da informação relativa à ocorrência [que a configuramos segundo dois níveis de registo/relatórios⁵⁰, um primeiro nível elaborado pelo Comandante da Operação de socorro (COS), em resultado do observado na Zona de Sinistro (ZS)⁵¹ e, eventualmente, na Zona de Apoio (ZA)⁵², e um segundo nível elaborado pela Sala de Despacho de Meios e acompanhamento da ocorrência, e que corresponde à “fita do tempo” da mesma], ela era feita apenas pelo COS da mesma, em impresso próprio que, depois de seguir uma cadeia hierárquica complexa e morosa, era disponibilizada, ao fim de alguns dias, para arquivo na Secretaria Geral da Unidade. A informação registada neste formato, em suporte de papel, não facilitava, naturalmente, qualquer tipo de estudo e/ou relatório estatístico,

⁴⁹ Corpo de Bombeiros Voluntários (CBV) da Ajuda, do Beato, de Cabo Ruivo de Campo Ourique, de Lisboa, dos Lisbonenses.

⁵⁰ Estes relatórios, sendo legalmente obrigatória a sua elaboração, são fundamentais para os cidadãos poderem, para efeitos legais, apresentar junto das seguradoras, tribunais e Forças de Segurança.

⁵¹ A Zona de Sinistro (ZS) é a superfície na qual se desenvolve a ocorrência, de acesso restrito, onde se encontram exclusivamente os meios necessários à intervenção direta (Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho).

⁵² A Zona de Apoio (ZA) é uma zona adjacente à ZS, de acesso condicionado, onde se concentram os meios de apoio e logísticos estritamente necessários ao suporte dos meios de intervenção ou onde estacionam meios de intervenção para resposta imediata (Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho).

ou outro, e tornava o circuito da informação, para além de moroso, condensado e complexo.

Respondendo a cerca de 18.000 a 19.000 intervenções/ano no âmbito das operações de Proteção e Socorro (Anexo VIII), facilmente se compreende a dificuldade do RSB em estruturar esta informação pelas tipologias (famílias) de socorro definidas – Incêndios; Acidentes; Infraestruturas e vias de comunicação; Pré-hospitalar; Conflitos legais; Tecnológicos/ Industriais; Serviços; Atividades -, bem como elaborar os estudos/análises estatísticas conducentes à necessária monitorização e avaliação dinâmica relativa à eficiência e eficácia de intervenção.

Também o sistema de comunicações era estanque entre as entidades que estivessem presentes numa determinada intervenção, sendo impensável colocar duas estruturas a interagir diretamente através de comunicações rádio. As comunicações rádio tomavam particular importância quando os meios operacionais do RSB se deslocavam para fora da cidade de Lisboa, em que ficavam sem comunicações rádio com a Unidade.

4.2. Modelo adotado

Numa cidade histórica com características tão peculiares como é a de Lisboa, onde é notória a exiguidade das vias e dos acessos aos bairros históricos, a que se somam as enormes dificuldades de deslocação impostas por um trânsito cada vez mais intenso, acrescida da especificidade e variedade do seu edificado e dos riscos que representam, *“tornou-se imperioso que os profissionais do RSB adotassem um elevadíssimo grau de prontidão, em que a resposta à solicitação para socorro fosse imediata e incondicional, com a saída dos meios ao minuto”* (RSB, 2011, p. 20), alicerçada numa exigente coordenação dos meios e gestão das ocorrências.

Por outro lado, as alterações legislativas a que assistimos nos últimos anos, mais concretamente a partir de 2005, a que associamos a vivência colhida pelo autor deste relatório no mesmo período, dão-nos os argumentos necessários para, partindo de uma visão integrada e integradora, *“reconceptualizar o conceito de Segurança no sentido de promover a articulação permanente, dialética e recursiva entre todas estas forças e serviços na conceção, planificação e organização operacional”* (Leitão, 2012, p. 30), na cidade de Lisboa.

Comungando deste conceito, integrado e integrador, onde qualquer emergência era uma ocorrência da cidade de Lisboa e não de cada uma das forças/estruturas consideradas de forma isolada, tornava-se imperioso que toda a coordenação da intervenção e dos meios operacionais e de apoio envolvidos se fizesse a montante da mesma. Assim, em 1 de julho de 2010, foi possível inaugurar a Sala de Operações Conjunta da cidade de Lisboa (SALOC), com o consequente encerramento de quatro salas de “despacho de meios”, pertencentes às quatro estruturas de Segurança, Proteção e Socorro da cidade - o RSB, a PM, o DPC e a PF -, com os consequentes ganhos de eficácia e de eficiência (fig. 3).



Fig. 3 - Sala de Operações Conjunta (SALOC)

Fonte: Autor (2010/7/2)

Para sustentar esta articulação entre os operacionais destas estruturas considerou-se, ainda, fundamental integrar o sistema de comunicações de emergência do município de Lisboa no Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), imprescindível para assegurar a intercomunicação e a interoperabilidade entre as diversas forças e serviços responsáveis pela segurança pública e de emergência que atuam no concelho e, da mesma forma, a integração num sistema único nacional, fatores especialmente relevantes em caso de acidente ou catástrofe de carácter local, metropolitano, ou mesmo nacional.

Estas medidas consubstanciam, assim, o início de um novo modelo integrado de Segurança, Proteção e Socorro da cidade, que congrega os meios de comando e

controle destas num único espaço, suportadas por um sistema único de comunicações de acionamento de meios das respetivas estruturas, passando a garantir, assim, uma resposta operacional mais célere e coordenada em prol da salvaguarda da vida e dos bens dos cidadãos de Lisboa.

Por outro lado, havendo atualmente a consciência de que a gestão da informação é um dos fatores essenciais para o sucesso de uma organização, permitindo melhorar tempos de resposta, otimizar recursos e dimensionar custos, de forma a potenciar uma gestão proactiva que dê respostas às constantes mudanças a que a organização está sujeita, considerou-se fundamental desenvolver, para a SALOC, uma aplicação informática para ambiente WEB, que permitisse georreferenciar e integrar toda a informação de interesse operacional e de análise associada a cada ocorrência (fig. 4).

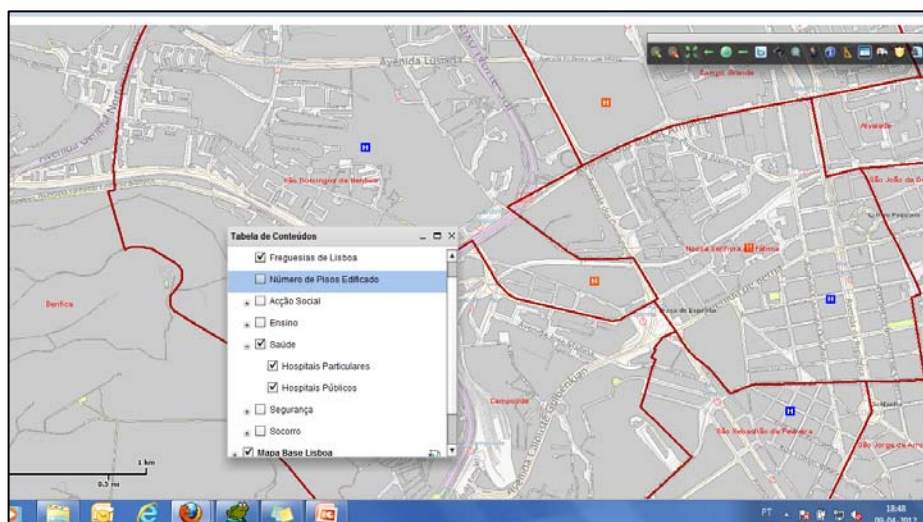


Fig. 4 - Visualização de infraestruturas de apoio

Fonte: Programa de Gestão de Ocorrências do RSB (2013)

Esta aplicação permite, assim, a interligação de todas as aplicações que possam servir/apoiar a função proteção e socorro. Referimos como exemplo os “Meios e Recursos”, plataforma informática que disponibiliza todos os dados referentes aos Recursos Humanos da CML e o Sistema de Informação Geográfica, através da aplicação Lisboa Interativa, que localiza a ocorrência em mapa de acordo com o atual roteiro de moradas, bem como toda a informação disponível na CML referente ao local em causa (fotografias, peças desenhadas, processos, entre outros dados) -, tornando-as numa só (fig. 5), a fiabilização dos dados (responsabilidade afeta aos diversos intervenientes na

aplicação) e a segurança dos dados (cada utilizador com o seu perfil de acesso) e a extinção da duplicação de registos e de informação (em livros que serviam de 'backup' à Base de Dados e noutras aplicações ou sistemas), para além do tratamento estatístico.

Fig. 5 - Despacho de Meios / Comunicações

Fonte: Programa de Gestão de Ocorrências do RSB (2013)

Por outro lado, com esta aplicação, foi possível reduzir tempo de reação das estruturas de socorro, uma vez que a informação referente ao despacho de meios para os quartéis passou a ser feita via Web (fig. 6), através da aplicação que dispõe de um terminal em cada um dos quartéis, em substituição do tradicional meio, que era o telefone.

Fig. 6 – Informação Operacional para os Quartéis

Fonte: Programa de Gestão de Ocorrências do RSB (2013)

Foi possível, ainda, obter um acréscimo de rapidez no acesso à informação por todas as entidades envolvidas (acesso à informação em tempo real e a partir de qualquer parte do mundo), garantir que houvesse uma definição de centros de responsabilidade (cada unidade é responsável pela sua informação), uma clara diminuição de custos (menos informação duplicada, mais capacidade de armazenamento) no tratamento da informação e uma melhoria da análise estatística (maior número de variáveis para análise através do cruzamento de dados das mais diversas aplicações).

Com a centralização da informação, foi possível anular erros humanos por parte de operadores e decisores da SALOC, pois a aplicação emite informação automática sobre os meios a despachar, sugerindo o empenhamento dos meios que se encontrarem mais próximos da ocorrência, mesmo não estando nos quartéis. Cria buffers dos quartéis e das ocorrências, permitindo que fique registada no sistema a hora em que os meios chegam a esses locais, dá a localização das viaturas atualizadas de 6 em 6 segundos (fig. 7) e permite o envio de SMS e correio eletrónico, para entidades ou utilizadores, de forma automática ou conforme definido pelo utilizador.

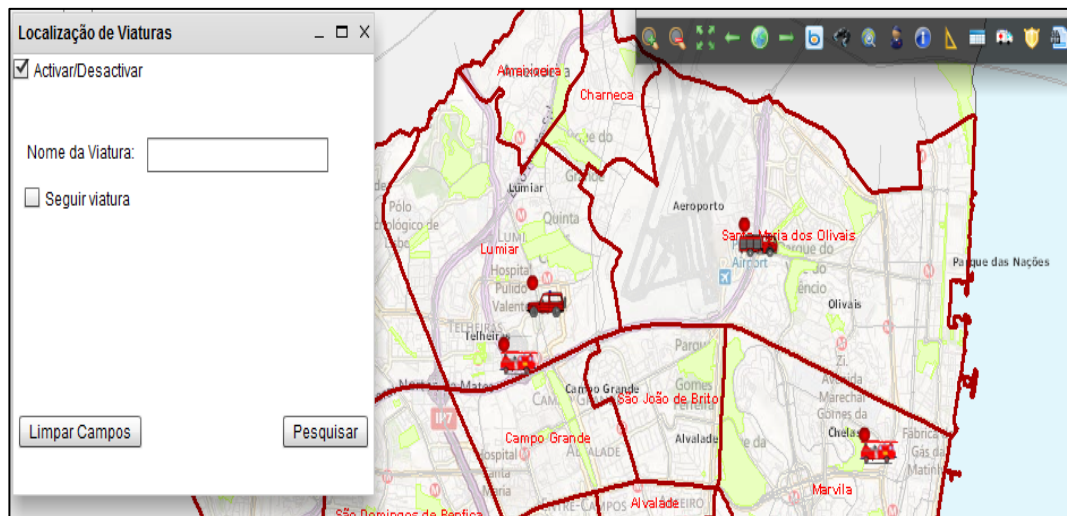


Fig. 7 – Monitorização individual das viaturas

Fonte: Programa de Gestão de Ocorrências do RSB (2013)

Também ao nível da elaboração dos relatórios por parte do COS, estes passaram a ser elaborados online na própria aplicação (fig. 8), a partir de um qualquer PC disponível, permitindo maior rapidez na disponibilização da informação a outras entidades e no fecho administrativo da ocorrência.

Esta aposta foi fundamental, pois permitiu que cada ocorrência da cidade de Lisboa pudesse ser tratada como tal, onde interagem um conjunto de meios de diversas entidades que lançam a sua informação nesta plataforma, que fica só visível para a mesma, mas que tem o mesmo número e designação para todas as estruturas envolvidas. A informação integrada, se necessário, pode ser visionada e trabalhada pela entidade que tutela estas forças.

Fig. 8 – Preenchimento dos relatórios online

Fonte: Programa de Gestão de Ocorrências do RSB (2013)

De relevar que, ao nível da articulação da informação com a ANPC, APC da cidade de Lisboa, Executivo da CML, cidadãos e demais entidades recetores da informação operacional, passaram a dispor, permanentemente, de forma personalizada, de elementos atualizados ao minuto. Esta informação torna-se particularmente importante para o munícipe da cidade de Lisboa, que começou a poder ver, no site do RSB, o início das ocorrências, localização e o seu encerramento, criando, assim, um fio condutor de segurança dos cidadãos com as estruturas de Proteção e Socorro.

Em resposta às vulnerabilidades da população idosa da cidade, foi também possível, ao nível da SALOC, com a criação do programa “SÓS Lisboa”, disponibilizar aos munícipes um serviço de atendimento permanente, que, após triagem e análise técnica do pedido, se procede ao acionamento de respostas de emergência e ao encaminhamento das situações para a rede social.

Ao nível das infraestruturas dos quartéis do RSB, de fundamental importância para a sustentação operacional da estrutura de socorro numa cidade como é a de Lisboa, com um edificado que possui características marcadamente heterogéneas e com diferentes tipologias urbanas e construtivas, pontuadas com graus de vulnerabilidade e de risco distintas e que apresenta características tão específicas em termos demográficos, sociais, económicos, políticos, administrativos e culturais⁵³, considera-se que a implantação territorial dos quartéis do RSB deverá permitir a rápida intervenção dos meios de Proteção e Socorro na cidade de Lisboa, sendo que o “Prazo de Intervenção” não deverá, nunca, ficar prejudicado em situações de catástrofe.

Para a concretização deste modelo infraestrutural, a que demos o nome “Lisboa mais Segura”, considerou-se a necessidade de construção de um “Centro Estratégico de Prevenção e Socorro (CEPS)”, que congrega a função Comando, Estado-Maior e Formação. Este Centro Estratégico, que deverá ser edificada fora das zonas de maior risco e de fácil acessibilidade (no caso da cidade de Lisboa foi escolhida inicialmente a zona de Monsanto e posteriormente a zona de Chelas), incorpora também todos os meios especiais do RSB.

Com a missão de efetuar a primeira intervenção a todas as ocorrências na cidade de Lisboa, com o apoio, sempre que necessário, dos restantes meios do RSB, bem como os meios dos demais Agentes de Proteção Civil da cidade de Lisboa, adotou-se o conceito de “Posto de Socorro Avançado (PSA)”, estrategicamente colocados na cidade, com funções exclusivamente de natureza operacional e concebidos unicamente para alojar os meios operacionais de Primeira Intervenção do RSB (fig. 9). Estes PSA substituirão os tradicionais quartéis, que incorporam meios operacionais, de reserva, de apoio e administrativos.

⁵³ O município de Lisboa é, em particular: i) O concelho detém cerca de 21% da população residente da Área Metropolitana de Lisboa, o município é ainda o principal destino diário da população residente na Área Metropolitana de Lisboa, para trabalho ou estudo; ii) Concentra um grande número de instituições e atividades económicas e os principais órgãos político-administrativos, cuja importância extrapassa a dimensão municipal; iii) De todos equipamentos de saúde existentes na Área Metropolitana de Lisboa, 73% dos hospitais públicos e privados estão localizados em Lisboa; iv) Possui um conjunto de edifícios, que pela sua importância representativa e valor arquitetónico, cultural e/ou histórico constituem e/ou guardam património classificado ou em vias de classificação, quer nacional quer municipal.

Este novo conceito do Dispositivo de Socorro da cidade de Lisboa, já aprovado nos órgãos próprios (Anexo IX)⁵⁴, que ainda não foi implementado, deverá ser integrado na plataforma de gestão de ocorrências, onde a introdução de automatismos de acionamento dos seus meios de socorro possibilitam que haja poupanças significativas nas funções administrativas em prol do reforço das operacionais⁵⁵.

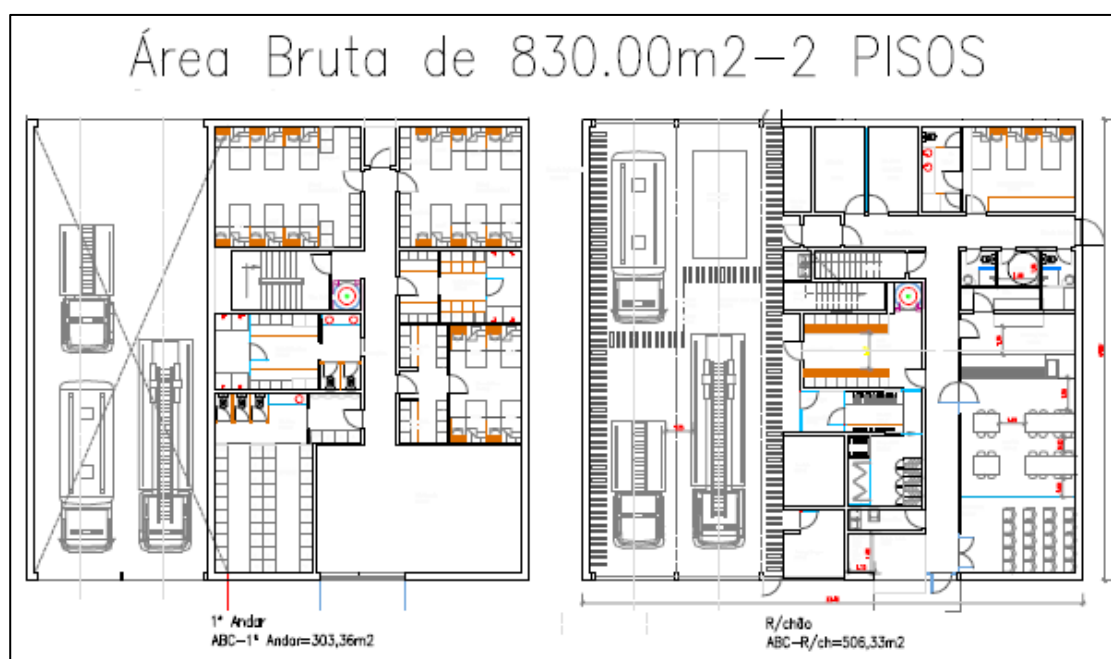


Fig. 9 – Posto de Socorro Avancado (PSA)

Fonte: Secção de Obras do RSB (2013)

Também ao nível da estratégia da intervenção, com vista a melhorar os mecanismos de prevenção e resposta à emergência quotidiana e às suscetibilidades, riscos ou catástrofes expectáveis na cidade de Lisboa, foram desenvolvidos três planos integrados de atuação: Plano Individual, Plano Local e Plano Municipal.

No “Plano Individual”, deu-se particular importância à componente da informação, sensibilização pública, formação e treino, com vista a promover novos comportamentos de segurança nos mais jovens em especial e em toda a população em

⁵⁴ Proposta nº 569, de 2013, da CML: Aprovar o Projeto de Reorganização do Dispositivo de Socorro da cidade de Lisboa do Regimento de Sapadores Bombeiros, nos termos da proposta. Aprovada na Reunião de Câmara nº 175, de 10 de julho de 2013, por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.) e 6 abstenções (4PPD/PSD, 1CDS/PP e 1PCP).

⁵⁵ A título de exemplo, de referir que atualmente o RSB dispõe de 1 elemento no designado “aparelho” (portaria dos quartéis) a receber no respetivo PC os acionamentos dos meios de socorro. Dada a existência de 10 quartéis, por turno hipoteca 10 elementos nesta função, que multiplicando pelos 4 turnos, implica, no mínimo, com a reforma do modelo vigente, poupanças na ordem dos 40 operacionais. A esta tipologia de quartéis, deu-se o nome de “Quartel Inteligente”.

geral, através da criação de diverso material pedagógico e de informação pública para disponibilização à população e da intervenção junto das Escolas, Instituições de apoio a crianças e idosos, IPSS, SCML, Juntas de Freguesia, Serviços da CML, entre outros.

No “Plano Local”, todo o enfoque de atuação teve como objetivo preparar os residentes para atuação em caso de catástrofe, uma vez que as capacidades de prevenir, planejar, treinar e preparar respostas para essas situações são vitais em qualquer comunidade, numa clara demonstração da importância que a resposta local assume em situação de catástrofe, quando articulada com o Serviço Municipal de Proteção Civil e os meios de socorro. Neste âmbito, desenvolveu-se o programa “Voluntários de Proteção Civil”, com um plano de formação adequado, que integra temáticas como o sistema de proteção civil; o planeamento local de emergência; o risco sísmico: comportamentos de autoproteção; o fenómeno do fogo: comportamentos de autoproteção; o manuseamento de equipamentos de combate a incêndio e as noções básicas de primeiros socorros. Assim, sob o lema, “saber agir faz a diferença”, foi possível desenvolver, neste âmbito, projetos considerados de relevante importância, como são as “Brigadas de Apoio Local” (BAL) e o “Extintor Comunitário de Emergência”, desenvolvidos ao nível dos bairros históricos e Juntas de Freguesia.

No “Plano Municipal”, face às novas dinâmicas nas áreas da segurança e da resposta à emergência, foi elaborado o Plano Municipal de Emergência (PME), com vista à adequação de medidas que atenuem os efeitos dos danos humanos e materiais, não só através da definição de uma estrutura operacional com procedimentos de atuação próprios no socorro de emergência, mas também através de uma intervenção preventiva ao nível das estruturas físicas e sociais. Sob o chapéu do PME, desenvolver-se-ão planos intervenção e/ou sectoriais, no âmbito do planeamento de emergência.

A realização de exercícios/simulacros (fig. 10), com todos os APC que intervêm na cidade de Lisboa, constituem ferramentas fundamentais que permitem, de acordo com o objetivo delineado, melhorar a coordenação e mobilização das várias entidades intervenientes numa situação de emergência decorrente de desastres naturais, humanos ou sociais, testando procedimentos, comunicações, avaliando falhas e mitigando deficiências, através da adoção de medidas preventivas ou corretivas.

Estes exercícios, levado a cabo de acordo com a tipologia de risco considerada, podem-se desenvolver com homens e equipamento no terreno (LIVEX),

permitindo assim avaliar e testar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas, e postos de comando (CPX), específico para



Fig. 10 – Exercício - Montagem de um Posto de Comando Operacional Conjunto

Fonte: Autor (2013/8/25)

peçoal de direção, coordenação e comando, tendo em vista exercitar o planeamento e conduta de missões e treinar a capacidade de resposta de todos os participantes.

Considerações Finais

A Segurança das pessoas e dos bens não pode continuar a ser enquadrada ao nível dos conceitos tradicionais, onde os processos de atuação eram caracterizados pela estanquicidade institucional, dificuldades ao nível da articulação e da comunicação entre os atores envolvidos, que aqui designamos por APC.

O modelo que apresentámos, assente numa emergente visão paradigmática de uma “Nova Segurança”, sistemicamente modelizada, desenvolvido pelo autor na cidade de Lisboa, configura um “novo olhar” ao nível dos conceitos da segurança.

Para esta nova visão da segurança concorreu, de forma inequívoca, um novo enquadramento legislativo de suporte, entretanto criado (Capítulo III), dando-se especial ênfase, pela sua importância, à Lei de Bases de Proteção Civil, ao Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e ao enquadramento e resposta da Proteção Civil no âmbito municipal, enquanto diplomas estruturantes e potenciadores de novas lógicas organizacionais e operacionais no âmbito da Proteção e Socorro.

Por outro lado, o modelo apresentado vem refletir uma necessidade sentida, no ano de 2008, na cidade de Lisboa, mas que pensamos poder ser transversal a todas as cidades capitais de Língua Portuguesa que integram a UCCLA, que fez aprovar em 7 de maio de 2010, na sua XXVII Assembleia-geral, o projeto Redes Temáticas de Cidades UCCLA, onde a *“partilha de conhecimentos e trocas de experiências na área de Proteção Civil, aproximação e cooperação entre cidades UCCLA e membros do projeto, são diretrizes que nortearam a conceção e afirmação atual da Rede Temática, que a cidade da Praia lidera”* (Silva, 2011). No 3º Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil” de cidades UCCLA, ficou bem patente que, quer a riqueza de experiências diferentes que facultam, quer os ensinamentos que os diversos graus de organização existentes proporcionam, o sentido de partilha e conjugação de esforços, entre as cidades da Rede e outras cidades lusófonas, se reveste de clara utilidade (Capítulos I e II).

Neste novo conceito, integrado e integrador, que agora propomos, as entidades partilham espaços de planeamento e apoio à decisão. Perante um qualquer pedido de socorro, o modelo prevê, desde logo a montante, uma adequada integração dos meios a envolver e um eficaz sistema de comunicações (Capítulo IV).

A dimensão infraestrutural vertida no conceito inovador do CEPS e dos PSA, permitindo um maior equilíbrio no empenhamento de meios e na capacidade de resposta operacional da estrutura de socorro, vem garantir maior eficiência e eficácia à primeira intervenção nas ocorrências e permitir, caso necessário, uma segunda linha de intervenção dos meios de Socorro.

Associado à importância da nova dimensão organizacional das estruturas que integram o sistema de Proteção e Socorro de um município, com vista a melhorar os mecanismos de prevenção e resposta à emergência quotidiana e às suscetibilidades, riscos ou catástrofes expectáveis, o modelo, ao nível da estratégia da intervenção, associa, obrigatoriamente, a dimensão humana nos planos de atuação individual, local e Municipal, de forma integrada e sustentada.

A tomada de consciência por parte do cidadão da necessidade de dotar comportamentos de autoproteção, a necessidade de os motivar a integrar pequenas comunidades/bairros, enquanto elementos ativos com formação e treino adequado para intervir em pequenas ocorrências, de acordo com Planos Locais de Emergência devidamente coordenados com as estruturas de Proteção e Socorro, traduzem, por excelência, a importância que a resposta local assume em situação de catástrofe.

O treino fornece às forças de intervenção, aos restantes APC e ao público em geral, conhecimentos e competências necessárias para o desempenho das ações que lhes sejam conferidas ou solicitadas. É através dos exercícios ou simulacros que se testam e se estabelecem prioridades, melhorando formas de atuação perante um determinado cenário apresentado. Esta área de atuação é uma componente essencial de qualquer agente de proteção civil, possibilitando uma rotina com os procedimentos a adotar face a uma situação de emergência ou catástrofe traduzindo-se numa maior eficácia e rapidez perante uma situação real.

Respeitando as variáveis de contexto, este modelo constitui uma nova visão da dimensão operacional integrada, podendo constituir um referencial e um guia importante para as cidades capitais de Língua Portuguesa, que integram a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), enquanto fator motivador de desenvolvimento sustentado.

Bibliografia

- Abecasis, N. (2000a). *Lisboa - Minha Vida*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Barata, M. (2004). *As ciências da complexidade, sinal ou motor da vontade de unificação cultural*. Preleção realizada no âmbito da disciplina Cultura, Conhecimento e Identidade do 1.º Curso de Doutoramento com Base Curricular em Didática. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Bimba, F. (2010). *A cidadania e a gestão de desastres em Angola*. Luanda – República de Angola: Edições de Angola, Lda.
- Cardoso, G., Costa, A., Conceição, C., & Gomes, M. (2005). *A sociedade em rede*. Porto: Campo das Letras.
- Carneiro, J. (2010). Os 25 anos da UCCLA. In Lourido, R. (Coord.). *UCLLA: o futuro, as cidades e lusofonia*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Castells, M. (2007). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1: A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, A. (2010). Sei que há léguas a nos separar tanto mar, tanto mar (...). In Lourido, R. (Coord.). *UCLLA: o futuro, as cidades e lusofonia*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Franco, V. (2009). UCCLA: Pioneirismo e Crise de Identidade. *ResPublica – Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais*. Nº 9, pp. 141-162.
- Leitão, A. (2009). *Construção da profissionalidade na formação inicial de professores do 1.º CEB - O caso de um grupo de professores estagiários da ESEC*. Tese de Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Leitão, J. (2008). *A proteção civil num contexto alargado de segurança nacional e internacional*. Trabalho de Investigação realizado no âmbito do Curso de Auditores de Defesa Nacional. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Leitão, J. (2012). A Segurança na cidade de Lisboa – Paradigma em Mudança. *Ciudades Iberoamericanas - Revista de Cooperación Intermunicipal de la UCCL*, nº 31, pp. 30-33.
- Leitão, R. (2003). A Política Europeia de Segurança e Defesa: Que Futuro? *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, nº 18/19, 335-346.

- Lourido, R. (Coord.)(2010). *UCLLA: o futuro, as cidades e lusofonia*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Moreira, A. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. 5ª ed. Coimbra: Almedina.
- Pinto, J.F. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- Pinto, J.F. (2008a). A Presidência Portuguesa da UE e o Desafio Lusófono. *Negócios Estrangeiros*, nº 12, pp. 59-64.
- Pinto, J.F. (2008b). Adimplendum est hodie. *Africanologia – Revista Lusófona de Estudos Africanos*, nº 1, pp. 27-41.
- Pinto, J.F. (2009). *Estratégias Da ou Para a Lusofonia? O Futuro da Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- RSB (2009). *Boletim bimensal Nº3, do Regimento de Sapadores de Lisboa*. Lisboa: CML.
- RSB (2011). *Anuário do Regimento de Sapadores de Lisboa*. Lisboa: CML.
- RSB (2012). *Anuário do Regimento de Sapadores de Lisboa*. Lisboa: CML.
- Silva, J. (2010). UCCLA – um grande alcance estratégico. In Lourido, R. (Coord.). *UCLLA: o futuro, as cidades e lusofonia*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- UCCLA (1990). Alteração integral dos Estatutos da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA). *Diário da República*, III Série, 49, de 28 de fevereiro de 1991, pp. 3757-3759.
- UCCLA (2005a). *Em Português Nos Entendemos*. Lisboa: UCCLA.

Webgrafia

- Abecasis, N. (2000b). Gerar uma vontade coletiva In <http://www.uccla.pt>. Acedido em 17 de abril de 2014, em <http://www.uccla.pt/pessoas/nuno-kruz-abecasis>.
- Silva, J. (2011). 1.º Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil” In <http://www.uccla.pt/rede-tematica-protecao-civil>. Acedido em 17 de abril de 2014, em <http://www.uccla.pt/rede-tematica-protecao-civil>.
- UCCLA (2006). Relatório de Atividades e Contas In <http://www.uccla.pt>. Acedido em 17 de abril de 2014, em http://www.uccla.pt/sites/default/files/relatorio_contas_2006.pdf
- UCCLA (2007). Relatório de Atividades e Contas In <http://www.uccla.pt>. Acedido em 17 de abril de 2014, em http://www.uccla.pt/sites/default/files/relatorio_contas_2007.pdf
- UCCLA (2008). Relatório de Atividades e Contas In <http://www.uccla.pt>. Acedido em 17 de abril de 2014, em http://www.uccla.pt/sites/default/files/relatorio_contas_2008.pdf
- UCCLA (2009). Relatório de Atividades e Contas In <http://www.uccla.pt>. Acedido em 17 de abril de 2014, em http://www.uccla.pt/sites/default/files/relatorio_contas_2009.pdf
- UCCLA (2010). Relatório de Atividades e Contas In <http://www.uccla.pt>. Acedido em 17 de abril de 2014, em http://www.uccla.pt/sites/default/files/relatorio_contas_2010.pdf
- UCCLA (2011). Relatório de Atividades e Contas In <http://www.uccla.pt>. Acedido em 17 de abril de 2014, em http://www.uccla.pt/sites/default/files/ponto_2_-_relatorio_e_contas_2011-versao_final.pdf
- UCCLA (2012). Relatório de Atividades e Contas In <http://www.uccla.pt>. Acedido em 17 de abril de 2014, em http://www.uccla.pt/sites/default/files/relatorio_de_atividades_e_contas_de_2012.pdf

Legislação

Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril (2002). Estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local.

Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro (2006). Consolida institucionalmente o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e cria o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) no âmbito orgânico da Guarda Nacional Republicana

Decreto-Lei n.º 38/2006, de 20 de fevereiro (2006). Estabelece as regras e procedimentos a observar na criação e reconhecimento de equipas de sapadores florestais e regulamenta os apoios à sua atividade.

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho (2006). Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho (2006). Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de março (2007). Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho (2007). Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses.

Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho (2007). Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros.

Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho (2007). Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e o ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 96/82/CE, do Conselho, de 9 de dezembro, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvam substâncias perigosas.

Despacho n.º 22396/2007, de 26 de setembro (2007). Cria a Força Especial de Bombeiros Canarinhos.

Lei n.º 113/91, de 29 de agosto (1991). Lei de Bases da Proteção Civil (LBPC).

Lei nº 27/2006, de 3 de julho (2006). Lei de Bases da Proteção Civil (LBPC).

Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro (2006). Taxa de Proteção e Socorro.

Lei nº 32/2007, de 13 de agosto (2007). Regime Jurídico das Associações Humanitárias.

Lei nº 65/2007, de 12 de novembro (2007). Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal.

Lei Nº 53/2008, de 29 de agosto (2008). Lei de Segurança Interna (LSI).

Lei Nº 31-A/2009, de 7 de julho (2009). Lei de Defesa Nacional (LDN).

Portaria nº 980-A/2006, de 14 de junho (2007). Medalha de Mérito de Proteção e Socorro.

Portaria nº 1562/2007, de 11 de dezembro (2007). Características técnicas das estruturas operacionais de bombeiros de 3.ª geração.

Portugal. Ministério da administração Interna. Autoridade Nacional para os incêndios Florestais – Relatório Final. Lisboa: ANIF, 2005. 382 p.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2005, de 28 de abril de 2005. Publicada no D.R. n.º 91, Suplemento, Série I-B, de 11 de maio de 2005.

Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, 11 de maio (2006). Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI).

Anexos [Índice]

	pág.
Anexo I - ESTATUTOS (conforme alteração aprovada na XXIX Assembleia Geral realizada na Cidade da Praia, no dia 17 de maio de 2013).	--- 53
Anexo II - Relatório da visita ao Corpo de Bombeiros Municipais do Município da Praia, Cabo Verde (sem anexos).	--- 68
Anexo III - Relatório (contextualização, cidades participantes e programa do encontro) do 1.º Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil”, realizado em Cabo Verde, Cidade da Praia, entre 12 e 13 de Outubro de 2011.	--- 80
Anexo IV - Relatório (contextualização, cidades participantes e programa do encontro) do 2.º Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil”, realizado em Portugal, cidade de Lisboa, entre os dias 10 e 11 de Outubro de 2012.	--- 86
Anexo V - Relatório (contextualização, cidades participantes e programa do encontro) do 3.º Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil”, realizado em Angola, cidade de Huambo, entre os dias 9 e 10 de outubro de 2013.	--- 92
Anexo VI - Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais – Índice do Relatório Final – Volume I.	--- 99
Anexo VII - Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais – Índice do Relatório Final – Volume II.	--- 105
Anexo VIII - Ocorrências registadas na cidade de Lisboa, no período de 2005 a 2013.	--- 108
Anexo IX - Aprovação, em reunião de Câmara, do Projeto de Reorganização do Dispositivo de Socorro da cidade de Lisboa.	--- 112



**UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

ESTATUTOS

(conforme alteração aprovada na XXIX Assembleia Geral realizada na Cidade da Praia, no dia
17 de Maio de 2013)



ESTATUTOS DA UCCLA

UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS LUSO-AFRO-AMÉRICO-ASIÁTICAS

I - Denominação, Sede, Duração, Objeto e Fins

II - Dos Membros

III - Órgãos Sociais

IV - Fundos

V - Cooperação

VI - Serviços

VII - Disposições Finais

Capítulo I

DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, OBJECTO E FINS

Artigo 1.º

A União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), que também usa a denominação de União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, adiante designada de União, é uma associação intermunicipal de natureza internacional, sem fins lucrativos e cuja duração é por tempo indeterminado.

§ A União perfilha o quadro de valores comuns às organizações não-governamentais para o desenvolvimento.

Artigo 2.º

A União tem a sua sede na cidade de Lisboa, na Rua de S. Bento, 640, podendo ser transferida para outro local mediante deliberação da Assembleia Geral, nos termos legais.

Artigo 3.º

1. A União tem por objetivo principal fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios membro, pelo intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, tendo em vista o progresso e o bem-estar dos seus habitantes.
2. A União, por proposta do Secretário-Geral e deliberação da Assembleia Geral pode participar em associações ou outras instituições que potenciem a sua atividade e a prossecução dos seus fins.



Artigo 4.º

Para a prossecução dos objetivos enunciados no artigo anterior constituem, nomeadamente, fins da União:

- a) Fomentar os vínculos, relações e intercâmbios de todo o tipo entre as Cidades membro, outras autarquias dos países de língua oficial portuguesa e Comunidades Lusófonas;
- b) Promover o desenvolvimento de iniciativas económicas, comerciais e industriais pelas empresas com as Cidades membro;
- c) Estudar todas as questões que afetam a vida, atividade e problemas das cidades que façam parte da União;
- d) Promover os direitos de vizinhança e, especialmente, o direito ao progresso na Paz e o da participação dos cidadãos nos assuntos públicos e no cada vez mais amplo campo das relações municipais, nacionais e internacionais;
- e) Promover o desenvolvimento harmónico equilibrado das cidades, procurando a solidariedade e cooperação entre as mesmas, especialmente através de geminações e acordos;
- f) Organizar encontros e atividades que sirvam para o intercâmbio efetivo de conhecimento e experiências em todos os sectores, designadamente, o económico, o cultural, o técnico-profissional e o turístico;
- g) Promover a execução de projetos de formação e aperfeiçoamento profissional de funcionários e agentes das administrações das cidades e empresas membro;
- h) Incrementar as relações entre a União, os seus membros e as cidades com relevante componente histórico-cultural de raiz lusófona.

Capítulo II DOS MEMBROS

Artigo 5.º

1. Há três classes de membros:

- a) Efetivos; podem ser membros efetivos as antigas e atuais cidades capitais de língua portuguesa.



- b) Associados; podem ser membros associados as cidades de língua portuguesa cujas particularidades sejam relevantes para os objetivos e fins prosseguidos pela União e aqueles cuja população apresenta uma componente significativa histórica ou cultural ligada a qualquer dos países dos membros efetivos.
 - c) Observadores; podem ser membros observadores as comunidades lusófonas e as cidades lusófonas e não lusófonas que pretendam acompanhar a atividade da UCCLA.
 - d) Apoiantes; podem ser membros apoiantes pessoas coletivas públicas, concordatárias e privadas.
- 2. Os membros podem estar na situação de membros ativos ou inativos, conforme respetivamente, tenham ou não, as suas obrigações pecuniárias, em vigor cumpridas.
 - 3. Os membros inativos, como o próprio nome indica, estão afastados de qualquer ato ou atividade da União.
 - 4. Em caso algum, o somatório dos membros efetivos e dos membros associados poderá exceder o número de quarenta.

Artigo 6.º

São deveres dos membros:

- a) Contribuir para a realização dos objetivos estatutários de harmonia com as diretivas emanadas dos órgãos sociais;
- b) Exercer os cargos para que foram eleitos;
- c) Observar os estatutos, os regulamentos internos e as deliberações dos órgãos sociais;
- d) Pagar pontualmente a joia de admissão e as quotas periódicas.

Artigo 7.º

São direitos dos membros:

- a) Eleger e ser eleito para os órgãos da União;



- b) Participar de pleno direito nas reuniões dos órgãos sociais nos quais tenham assento, bem como nas atividades desenvolvidas pela União;
- c) Ter acesso prioritário aos programas de cooperação descentralizada desenvolvidos no seio ou com o apoio da União;
- d) Ter o apoio da Secretaria-Geral para o desenvolvimento das suas atividades, no âmbito dos objetivos prosseguidos pela União.

Artigo 8.º

Perdem a qualidade de membro, temporária ou definitivamente, aqueles que:

- a) Solicitem a sua exoneração mediante comunicação escrita dirigida à Comissão Executiva;
- b) Declarem falência, se extingam ou sejam dissolvidos;
- c) Não regularizem as contribuições a que estejam obrigados no prazo estabelecido;
- d) Sejam suspensos ou excluídos nos termos destes Estatutos.

Artigo 9.º

1. Os membros que incumpram nos deveres estabelecidos na alínea d) do artigo 6.º dos presentes estatutos, são considerados, automaticamente, em situação de inativos, uma vez ultrapassada a data designada para o seu cumprimento e enquanto se não encontrarem regularizadas a totalidade das obrigações vencidas.
2. Aos membros que incumpram os deveres estabelecidos nas alíneas a), b) e c) do artigo 6.º dos presentes estatutos, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:
 - a) Suspensão, de todos ou apenas parte, do gozo dos seus direitos por um período máximo de três anos;
 - b) Exclusão nos termos definidos nos artigos subsequentes.



Artigo 10.º

1. A verificação da situação de inatividade, a que alude o número 1 do artigo 9.º dos estatutos, compete à Comissão Executiva, que nos termos dos presentes estatutos pode delegar no Secretário-Geral.
2. A aplicação das sanções referidas no número dois do artigo anterior é da competência da Assembleia-Geral.
3. Os membros poderão ser excluídos quando:
 - a) Incumpram, de forma dolosa ou reiterada, os deveres previstos nas alíneas b), c) e d) do artigo 6.º;
 - b) Pratiquem atos manifestamente lesivos dos fins e objetivos da União.

Artigo 11.º

1. A suspensão ou exclusão de um membro depende de procedimento disciplinar instaurado para o efeito.
2. A iniciativa do procedimento disciplinar cabe à Comissão Executiva, ao Conselho Fiscal ou a, pelo menos, três quartos dos membros Cidades mediante requerimento escrito.
3. No decurso do procedimento e antes da decisão final, o membro a quem for instaurado procedimento disciplinar deverá ser ouvido ou convidado a pronunciar-se por escrito sobre os factos vertidos na nota de culpa.
4. O procedimento disciplinar será conduzido pelo Secretário-Geral, a quem competirá a execução dos atos materiais que se mostrem necessários, podendo para o efeito, e se assim o entender, fazer-se assessorar pelos técnicos especializados que considere necessários.
5. Concluída a instrução, o Secretário-Geral elaborará o relatório final contendo a proposta de decisão, a qual será submetida a deliberação da Assembleia-Geral.



Capítulo III ORGÃOS SOCIAIS

Artigo 12.º

1. A União terá os seguintes Órgãos Sociais:

- a) Assembleia Geral;
- b) Comissão Executiva;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Consultivo Empresarial;
- e) Secretaria-Geral.

Artigo 13.º

- 1. A Assembleia-Geral é o órgão soberano da União, constituído por todos os membros ativos no pleno gozo dos seus direitos.
- 2. Na Assembleia-Geral cada membro associado disporá de três votos e cada membro apoiante um voto.
- 3. Os membros efetivos presentes disporão no seu conjunto e em distribuição igualitária de, pelo menos, o mesmo número de votos que tenham sido apurados nos termos do número anterior.

Artigo 14.º

1. À Assembleia Geral compete, nomeadamente:

- a) Eleger os membros da respetiva mesa, da Comissão Executiva, do Conselho Fiscal, bem como o Secretário-Geral, este último sob proposta da cidade em que se encontre sediada a UCCLA;
- b) Assegurar a superior orientação das atividades da União, designadamente aprovando o Plano Estratégico plurianual;
- c) Apreciar os Relatórios e Contas relativas ao ano anterior, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal;



- d) Aprovar a constituição, pela União, de organizações não-governamentais para o desenvolvimento, ou a sua participação em organizações desta natureza, que prossigam objetivos iguais ou semelhantes aos da União ou que com eles não sejam incompatíveis;
 - e) Deliberar a admissão de novos membros, nos termos do artigo seguinte;
 - f) Definir e alterar o quantitativo das joias e das quotas dos membros.
 - g) Eleger Membros Honorários e deliberar, a título extraordinário, quaisquer outras honrarias;
 - h) Deliberar sobre a suspensão e exclusão dos membros, sem prejuízo do disposto no art.º 10.º, n.º 2;
 - i) Deliberar sobre as alterações dos estatutos;
 - j) Deliberar sobre a dissolução da União;
 - l) Marcar o local das suas reuniões.
2. As deliberações previstas nas alíneas h) e i) do número anterior carecem de três quartos dos votos dos membros presentes. Todas as outras deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros presentes.
3. A deliberação prevista na alínea j) do n.º 1 carece do voto favorável de três quartos dos votos de todos os membros.

Artigo 15.º

1. O Secretário-Geral apresentará à Assembleia a lista completa das candidaturas a membro, segundo a cronologia dos pedidos de admissão recebidos e que preencham os requisitos do número seguinte.
2. Os pedidos são feitos por escrito e em forma que legalmente vincule o candidato.

Artigo 16.º

1. A mesa da Assembleia Geral será composta por um Presidente, obrigatoriamente um membro efetivo, dois Vice-Presidentes e dois Secretários, eleitos em Assembleia Geral por períodos renováveis de dois anos.



2. A Assembleia Geral será convocada e dirigida pelo Presidente da mesa ou por quem legalmente o substitua.
3. As convocatórias serão enviadas a todos os membros com a antecedência mínima de trinta dias.
4. As convocatórias indicarão o dia, a hora e o local da reunião e a respetiva ordem de trabalhos.
5. Na convocatória referida no número anterior será logo igualmente indicado a segunda data para a realização da Assembleia-Geral, para a eventualidade de não ser alcançado um quórum exigido para a reunião agendada para a primeira data.
6. Não poderão fazer parte da mesa da Assembleia Geral dois membros entre associados e apoiantes do mesmo país.

Artigo 17.º

1. A Assembleia Geral reúne, em sessão ordinária, anualmente, para aprovar o relatório e contas do ano anterior e deliberar sobre os assuntos de carácter urgente e inadiável.
2. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente sempre que o respetivo Presidente a convoque, por solicitação da Comissão Executiva, do Conselho Fiscal, ou por requerimento escrito de pelo menos metade dos membros efetivos, ou de metade dos membros associados e apoiantes no seu conjunto.

Artigo 18.º

1. A Comissão Executiva é constituída por cinco elementos, representantes dos quatro continentes - África, América do Sul, Ásia e Europa, bem como pelo Coordenador dos membros apoiantes do Conselho Consultivo Empresarial.
2. A Comissão Executiva é constituída pelo Presidente e por quatro Vice-Presidentes, todos eleitos em Assembleia Geral por períodos de dois anos.
3. O Presidente será sempre eleito entre os membros efetivos. Três Vice-Presidentes serão eleitos entre os membros efetivos e associados e serão provenientes dos continentes que não se encontrem representados no mandato presidencial



vigente. O quarto Vice-Presidente será o Coordenador dos membros apoiantes do Conselho Consultivo Empresarial.

4. O Secretário-Geral terá assento na Comissão Executiva, sem direito de voto.
5. O Presidente da Comissão Executiva é o Presidente da União e não poderá ser reeleito para um novo mandato consecutivo.
6. A Comissão Executiva reúne, pelo menos, duas vezes por ano, sendo convocada pelo seu Presidente e só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros.
7. São válidas as deliberações da Comissão Executiva, tomadas sem reunião, desde que unânimes e constantes de ata por todos assinada.

Artigo 19.º

1. À Comissão Executiva compete:

- a) Prosseguir os objetivos estatutários;
- b) Deliberar sobre a nomeação do Secretário-Geral, em caso de renúncia, doença de longa duração ou morte, deste, sob proposta da cidade em que se encontre sediada a UCCLA e, bem assim, sujeitar esta nomeação a posterior ratificação da Assembleia Geral seguinte;
- c) Gerir as atividades da União, cumprindo e fazendo cumprir as disposições dos estatutos, dos regulamentos internos e as deliberações da Assembleia-Geral, bem como administrar os bens e fundos que lhe foram confiados;
- d) Deliberar sobre os Relatórios e Contas relativos ao ano findo apresentado pelo Secretário-Geral e a submetê-los à Assembleia Geral no termo de cada ano;
- e) Aprovar, sob proposta do Secretário-Geral, o Plano de Atividades e o Orçamento relativos ao ano imediato e suas alterações, dando-lhes execução;
- f) Verificar da situação de inatividade dos membros, podendo delegar tal verificação no Secretário-Geral, que no entanto comunicará aos membros da Comissão Executiva e ao membro visado.
- g) Criar, modificar ou extinguir, sob proposta do Presidente, Comissões Técnicas, nos termos dos artigos seguintes.



2. As Comissões Técnicas destinam-se a analisar possibilidades de atuação, efetuar estudos específicos, realizar ações concretas ou desenvolver atividades sectoriais que permitam sustentar, técnica e economicamente, os fins da União.
3. A Comissão Executiva constituirá cada Comissão técnica com membros apoiantes selecionados, que tenham dado prévia anuência, e com eventual agregação de consultores especializados em função dos estatutos ou atividades em causa.

Artigo 20.º

1. O Conselho Consultivo Empresarial é um órgão de consulta da União e tem por funções:
 - a) Apreciar e dar parecer prévio à respetiva aprovação pela Comissão Executiva, sobre o Plano de Atividades e Orçamento relativos ao ano imediato;
 - b) Pronunciar-se genericamente sobre o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos fins estatutários prosseguidos pela União, designadamente, quando careçam de apoio externo.
2. O Conselho Consultivo Empresarial será presidido pelo Presidente da Comissão Executiva e será integrado pelos membros apoiantes de carácter empresarial, pelo Presidente do Conselho Fiscal e pelo Secretário-Geral.
3. O Conselho Consultivo Empresarial terá, de entre os seus membros apoiantes, um Coordenador das suas atividades, que representará o Conselho Consultivo Empresarial na Comissão Executiva da União.
4. O Conselho Consultivo Empresarial reunirá ordinariamente, uma vez por ano, para elaboração do parecer a que se refere o n.º 1 do presente artigo, e extraordinariamente, sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por um mínimo de um terço dos seus membros.

Artigo 21.º

1. O Secretário-Geral é eleito pela Assembleia Geral, sob proposta do Presidente da cidade onde se encontra sediada a UCCLA, de acordo com o estipulado na alínea a) do nº 1 do art.º 14º.
2. O mandato do Secretário-Geral acompanha o mandato da Comissão Executiva.



3. No exercício do seu mandato o Secretário-Geral poderá fazer-se coadjuvar pelos Secretários-Gerais Adjuntos, no limite máximo de três.
4. Compete ao Secretário-Geral indicar os Secretários-Gerais Adjuntos, os quais serão por si nomeados ou exonerados, após aceitação prévia do Presidente da Comissão Executiva.
5. O exercício das funções atribuídas aos Secretários-Gerais Adjuntos cessa com o termo do mandato do Secretário-Geral.

Artigo 22.º

Ao Secretário-Geral compete:

- a) Dirigir o pessoal adstrito à Secretaria-Geral em regime de contrato individual de trabalho, prestação de serviços ou regime de afetação ou qualquer regime da função pública equiparado;
- b) Executar os atos de gestão corrente da União;
- c) Submeter o Relatório, as Contas e o Plano de Atividades à Comissão Executiva;
- d) Participar, com voz, mas sem voto, nas reuniões da Comissão Executiva e da Assembleia Geral;
- e) Negociar as novas adesões sem prejuízo da competência da Assembleia Geral para a respetiva formalização, conforme o disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea e);
- f) Exercer todas as funções que lhe sejam delegadas pelo Presidente da União ou pela Comissão Executiva no quadro dos objetivos da União e para execução das decisões da Assembleia, sem prejuízo da alínea i);
- g) Articular e apoiar os trabalhos das Comissões Técnicas;



- h) Nomear ou exonerar os Secretários-Gerais Adjuntos nos termos do disposto no nº 4, do art.º anterior;
- i) Delegar, ou subdelegar, nos Secretários-Gerais Adjuntos as competências previstas nas alíneas a), b), f), e g) do presente artigo.

Artigo 23.º

1. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, dois vogais e dois suplentes eleitos em Assembleia Geral por períodos renováveis de dois anos.
2. Ressalvados os suplentes, não poderá haver mais de dois membros do Conselho Fiscal oriundos do mesmo país.

Artigo 24.º

Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Examinar a gestão económico-financeira da União;
- b) Dar parecer sobre o Relatório e Contas para apreciação da Assembleia Geral;
- c) Assegurar que as suas contas sejam certificadas por auditores independentes.

Artigo 25.º

1. A eleição da mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, da Comissão Executiva é feita por listas específicas para cada um dos órgãos, considerando-se eleitos os candidatos das listas mais votadas.
2. No início de cada Assembleia Geral eleitoral, o Presidente da Mesa fixará o prazo, nunca inferior a três horas, para a apresentação das candidaturas aos órgãos sociais da União.

Artigo 26.º

1. A União é representada pelo seu Presidente, ou por delegação deste, por um dos Vice-Presidentes da Comissão Executiva ou pelo Secretário-Geral.



2. A União obriga-se pelas assinaturas:

- a) Do Presidente;
- b) De um Vice-Presidente da Comissão Executiva ou do Secretário-Geral, nos termos da delegação referida no número anterior.

Capítulo IV FUNDOS

Artigo 27.º

Constituem receitas da União:

- a) As transferências dos Municípios e autoridades administrativas, locais e regionais, das cidades membro, no âmbito dos Protocolos ou contratos que celebre;
- b) As joias e quotas pagas pelos membros, nos termos em que a Assembleia Geral deliberar;
- c) Os subsídios, heranças, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e respetivos rendimentos;
- d) Os rendimentos de bens, fundos e dinheiros depositados.
- e) Quaisquer outras receitas compatíveis com a sua natureza.

Capítulo V COOPERAÇÃO

Artigo 28.º

- 1. A União promove a cooperação entre os seus membros para a prossecução dos seus objetivos.
- 2. A União pode colaborar com outras entidades, usando dos meios adequados para o efeito.
- 3. As obras, projetos e planos realizados ou apoiados pela União deverão assegurar a sua gestão, realização, funcionamento e conservação através de protocolos, geminações, acordos e contratos.



Capítulo VI SERVIÇOS

Artigo 29.º

1. Os funcionários dos Municípios e autoridades administrativas, locais e regionais, das cidades membro podem exercer funções na União em regime de afetação da função pública portuguesa ou outro regime aplicável.
2. A União poderá comparticipar no custo dos serviços que lhe sejam prestados por entidades com as quais venha a estabelecer protocolo e/ou das quais faça parte nos termos do n.º 2 do artigo 3.º.
3. O Secretário-Geral poderá ser remunerado ou não, conforme seja deliberado pela Comissão Executiva, a quem compete, igualmente, estabelecer os termos e condições dessa remuneração.

Capítulo VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30.º

1. O primeiro Presidente da UCCLA é Presidente Honorário da União.
2. Podem ser Membros Honorários todas as pessoas singulares ou coletivas que tenham prestado serviços relevantes à União.

Artigo 31.º

1. Tendo sido deliberada pela Assembleia Geral a dissolução da União, esta manterá existência jurídica exclusivamente para fins liquidatários, de acordo com o que for determinado nessa Assembleia.
2. Em caso de dissolução, os bens da União terão o destino que for determinado na Assembleia Geral.

Artigo 32.º

A interpretação destes Estatutos, bem como a integração das suas lacunas são da competência da Comissão Executiva.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

ASSUNTO: RELATÓRIO DA VISITA AO CORPO DE BOMBEIROS MUNICIPAIS DO
MUNICÍPIO DA PRAIA, CABO VERDE

1. Finalidade

Apresentar o relatório relativo à visita que ocorreu ao Corpo de Bombeiros Municipais do Município da Praia, Cabo Verde, no período de 24 a 29 de Outubro de 2010.

2. Situação

a. A Câmara Municipal da Praia, através da Exm.^a Sr.^a Vereadora da Cooperação Descentralizada e Formação, Dr.^a Maria Aleluia Barbosa Andrade, solicitou à Câmara Municipal de Lisboa (CML) apoio na organização dos Serviços dos Bombeiros daquele Município, no sentido de ministrar formação e inventariar, conjuntamente com a Câmara Municipal da Praia, as necessidades mais prementes.

b. De acordo com informação veiculada pela Exm.^a Sr.^a Vereadora da Cooperação Descentralizada e Formação, o Município da Praia, aprovou no mês de Março de 2010 o “Regulamento Municipal do Serviço de Bombeiros do Município da Praia”, constando, entre outros, a carreira dos Bombeiros. De acordo com a mesma informação, após a realização dos estágios os elementos ingressavam na corporação e como não existia carreira, não se realizavam cursos direccionados a promoções pelo que, com a aprovação do referido Regulamento, a Câmara para dar início a uma nova fase na função de Bombeiro, pretende realizar reciclagem a todos os seus bombeiros e numa fase posterior avançar com cursos de promoção para acesso às diversas categorias na carreira.

Assim sendo, numa primeira fase a CM da Praia pretendia realizar reciclagens com matérias de formação de base a 64 Bombeiros, durante três semanas. Após uma reciclagem global, de acordo com a classificação final e tendo em conta alguns requisitos definidos pelo Município, estariam em condições de identificar pelo menos dois a três elementos para formação de formadores.

c. Na sequência dos contactos estabelecidos, foi decidido que o Município de Lisboa enviaria dois elementos do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) à cidade



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

da Praia, para, em conjunto com o Corpo de Bombeiros e o Município, efectuarem um levantamento de necessidades de Formação. Assim, foi superiormente autorizado a deslocação dos seguintes elementos:

- Coronel Joaquim de Sousa Pereira Leitão, Comandante do RSB;
- Chefe Principal Alcino Monteiro Marques, Coordenador das áreas de pessoal e formação do RSB.

d. Por questões de funcionamento interno, o RSB propôs que a deslocação se efectuasse no período compreendido entre 24 e 29 de Outubro.

e. Exm.^a Sr.^a Vereadora da Cooperação Descentralizada e Formação, para efeitos de planeamento e preparação da visita técnica propôs o programa que se anexa (Anexo A), que mereceu a concordância da CML.

f. Também por razões de funcionamento interno do RSB, por todos conhecido, só nesta data foi possível apresentar o presente relatório, não obstante do mesmo ter sido elaborado, ainda, na cidade da Praia e apresentado verbalmente ao Sr. Presidente da CM da Praia, Dr. José Ulisses Correia e Silva.

3. Visita Técnica

a. Delegações

Tal como previsto, constitui-se, na cidade da Praia, uma delegação conjunta de avaliação técnica, constituída pelos seguintes elementos:

1) Portuguesa

Cor Joaquim Leitão

Chefe Principal Alcino Marques

2) Cabo Verde

Comandante Francisco Costa (Ex Chefe de 2ª Classe do RSB)

Adjunto – Bombeiro 2ª Classe Paulo Jorge Lima Cardoso

b. Visita

1) Dia 25.10.2010

00h10 – ETD a Cabo Verde;

Instalação no Hotel Oásis Praia Mar.

10h00 - Apresentação de cumprimentos por parte da comitiva ao Sr. Vereador Óscar Santos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

- Na apresentação de cumprimentos foram abordadas as seguintes questões:

Motivo da nossa visita;

O que podemos assegurar no imediato (apoio técnico e formação)

O que podemos avaliar com a CML de Lisboa (apoio em reequipamento)

11h00 – Visita ao CB Municipal da Praia

- **Caracterização da Força – Recursos Humanos:**

CB Municipais constituído por 67 profissionais, assalariados da CM da Praia;

Trabalham em 4 turnos (12 horas de trabalho, 24 Descanso, 12H Trabalho, 48 Descanso), com um efectivo por turno de 12 elementos;

Tem um destacamento no Aeroporto Internacional da Praia, num efectivo de 17 elementos.

O actual CB apenas tem 3 Subchefes (2 de Primeira e 1 de Segunda), sendo que o Destacamento do Aeroporto não tem qualquer Chefia. Os Bombeiros estão escalonados por Bombeiro de 3ª Classe, de 2ª Classe e de 1ª Classe.

- **Caracterização do Quartel:**

Parada;

Um Gabinete do Comandante;

Camarata feminina (2 camas);

Camarata masculina (12 camas);

Cozinha;

Refeitório ao ar livre, no pátio interno;

Sala de arrumos;

Sala de descanso;

Bar

Gabinete do Adjunto.

(As instalações existentes são precárias, sem equipamento adequado e desadequadas à função de um Corpo de Bombeiros).

- **Caracterização dos Meios:**

1 ABSC (sem meios de resposta para emergência pré-hospitalar);

1 VLCI a trabalhar;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

1 Autotanque de 9 Toneladas;

1 Autotanque de 14 Toneladas em Oficina.

(Todos os meios têm um estado de conservação bastante precário, com mais de 20 anos de vida)

15h30 – Reunião com Comandante do CB Municipais da Praia

- Regulamento Municipal do Serviço dos Bombeiros do Município da Praia

Foi aprovado pela CM da Praia, em 18 de Março de 2010, o Regulamento Municipal do Serviço dos Bombeiros do Município da Praia (Anexo B).

Neste Regulamento são traçadas as linhas gerais de orientação do funcionamento do CB. Neste é assumido que o Serviço de Bombeiros é uma Unidade Operacional profissionalizada tecnicamente preparada, equipada e organizada para exercer, com autonomia consentida por este Regulamento, a missão que lhe é cometida.

É Missão deste CB a seguinte (Artº 3º - Missão):

- O Combate a Incêndios;
- O Socorro às Populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;
- O socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar;
- Fazer a protecção contra incêndios de edifícios públicos, casas de espectáculos e de entretenimento e outros recintos, mediante solicitação e em conformidade com as normas em vigor, nomeadamente prestando serviço de vigilância durante a realização de eventos públicos;
- Apoiar as autoridades na remoção dos cadáveres;
- Colaborar em actividades de protecção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- Emitir, nos termos da lei, pareceres técnicos em matéria de protecção contra incêndios e outros sinistros;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

- Exercer actividades de formação cívica, com especial incidência nos domínios de prevenção contra o risco e outros acidentes domésticos;
- Participar noutras acções, para as quais seja tecnicamente preparado e se enquadrem nos seus fins específicos.

No mesmo Regulamento é assumido tratar-se de um instrumento fundamental para a construção progressiva do serviço de Bombeiros que a cidade capital do país, bem como todo o concelho exigem neste início do século XXI.

É com base neste pressuposto que esta visita e consequente relatório serão elaborados, de forma a dotar este CB com os instrumentos necessários à concretização do referido Regulamento.

- Recursos Humanos

Actuais Necessidades, face ao Regulamento aprovado:

Quadro Orgânico – 82 Elementos;

Existências – 68 Elementos (Comandante (1), Subchefe de 1ª (1) e Subchefe 2ª (2), Bombeiro de 1ª (2), 2ª (25) e 3ª (37) Classe) – A função de Adjunto está a ser exercida por um Bombeiro de 2ª Classe.

Análise do QOP: Deveria constar:

- Comandante (1);
- Adjunto (1);
- Chefe 2ª Classe (1);
- Subchefe de 1ª (1);
- Subchefe de 2ª (6);
- Bombeiros de 1ª (4), 2ª (30) e 3ª (25) Classe, passarem todos a designar-se como Bombeiros Sapadores (59), numa única categoria.

(O QOP contabiliza com 69 elementos e não 82 como mencionado no Regulamento – Faltam 13 elementos)

Face ao QOP, e às actuais existências, faltam 14 Elementos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

Necessidades face ao serviço (4 Turnos), com 15 Elementos/T, devidamente enquadrados e Chefiados de forma coerente:

- 1 Comandante – 1
- 1 Adjunto de Comando - 1
- 1 Chefes de 2ª Classe - 1
- 1 Subchefe de 1ª por turno – 4 (100.000 Escudos/mês – Inclui Subsidio Turno)
- 2 Subchefes de 2ª por turno – 8 (84.700 Escudos/mês – Inclui Subsidio Turno)
- 12 Bombeiros Sapadores por turno – 48 (74.472 Escudos – Inclui Subsidio Turno para um Bombeiro 1ª Classe)
- 17 Bombeiros Sapadores (Destacamento Aeroporto) – 17

Total Necessidades: 80 Elementos

(Face à proposta de QOP, e às actuais existências, faltam 14 Elementos).

Modalidade Proposta:

- **Modalidade 1: Passar de 2 Subchefes de 2ª Classe a 6 (passar os 2 Bombeiros de 1ª Classe e 2 de 2ª Classe para Subchefes de 2ª Classe) – QOP Aprovado.**

Acções a desenvolver:

1. Fazer reciclagem a todo o efectivo (2 semanas), por equipa da ERSBL (formação essencialmente em sala).
2. Seleccionar os 4 elementos para passar a Subchefe de 2ª Classe.

- **Modalidade 2: Passar de 1 Subchefes de 1ª Classe a 4 e 2 Subchefes 2ª para 8.**

Acções a desenvolver:

1. Fazer reciclagem a todo o efectivo (2 semanas), por equipa da ERSBL (formação essencialmente em sala).
2. Seleccionar os 3 elementos para passar a Subchefe de 1ª Classe.
3. Seleccionar os 6 elementos para passar a Subchefe de 2ª Classe.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

- Modalidade 3: Passar de 53 Bombeiros Sapadores a 67 (ingresso de 14)

Acções a desenvolver:

1. Fazer recruta na ERSBL – 6 meses de formação escolar
2. Restantes 6 meses em contexto de trabalho, já na cidade da Praia.

2) Dia 26.10.2010

10h00 – Reunião com Comandante do CB Municipais da Praia

- Recursos Materiais (Equipamentos e Viaturas)

Solicitação da CM da Praia, a 21.09.2010

As necessidades apresentadas pela CM da Praia orçam um valor de 1.511.000,00 €, de que se releva, como mais significativo, os seguintes meios (Anexo C):

- 1 Veiculo Urbano de Combate a Incêndios (VUCI);
- 1 Auto Escada (37 metros);
- 1 Veículo de Socorro e Assistência Tático (Desencarceramento);
- 1 Ambulância de Socorro;
- 2 Aparelho de Salvamento em grande ângulo – individual;
- 1 Aparelho de Salvamento em grande ângulo – colectivo;
- 4 Escadas de Gancho
- 4 Escadas de Molas
- 4 Desferradeiras
- 4 Espias para salvados
- 67 EPI (Casaco, calça, botas, luvas, cógula e capacete);
- 6 Aparelhos respiratórios completos;
- 4 Lanternas.

(Nestes equipamentos, não estão incluídos materiais para formação/instrução contínua em contexto de trabalho)

Avaliação no local

Da avaliação efectuada, verificamos que efectivamente o material antes referenciado tem toda a pertinência, contudo, face aos



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

montantes e à avaliação do risco na cidade da Praia, entendemos como prioridade absoluta o seguinte material:

- 1 Pronto de Socorro (VUCI), equipado com material de desencarceramento
(Garante capacidade de intervenção no Combate a Incêndios e operações de resgate e desencarceramento).
- 1 Plataforma de 34 metros (em alternativa à AE).
(Garante capacidade de intervenção no edificado existente, actualmente com cerca de 8 pisos).
- 1 Ambulância de Socorro (ABSB), devidamente equipada.
(Não obstante de se considerar como número ideal a existência de 2 ABSC, consideramos que 1 Ambulância vem proporcionar o mínimo indispensável a uma cidade Capital do País de Cabo Verde, com uma população de cerca de 120.000 a 130.000 residentes, com uma população flutuante de 30.000 a 40.000 pessoas, embaixadas e uma população de turistas. De referir que não existe nenhuma empresa de transporte de doentes).
- 2 Aparelho de Salvamento em grande ângulo – individual
(Neste momento o material existente não oferece garantias de segurança. O valor em causa não é significativo).
- 1 Aparelho de Salvamento em grande ângulo – colectivo
(Neste momento o material existente não oferece garantias de segurança. O valor em causa não é significativo).
- 10 Escadas de Gancho
(Neste momento o material é inexistente, sendo que deve ser considerado para a questão operacional e instrução/formação. O valor em causa não é significativo).
- 8 Lances de Escadas de Molas
(Neste momento o material é inexistente, sendo que deve ser considerado para a questão operacional e instrução/formação. O valor em causa não é significativo).
- 4 Desferradeiras



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

(Neste momento o material é inexistente, sendo que deve ser considerado para a questão operacional e instrução/formação. O valor em causa não é significativo).

4 Espias para salvados

(Neste momento o material é inexistente, sendo que deve ser considerado para a questão operacional e instrução/formação. O valor em causa não é significativo).

80 EPI (Casaco, calça, botas, luvas, cógula e capacete);

(Neste momento o material é quase inexistente, sendo que deve ser considerado para a questão operacional e instrução/formação).

6 Aparelhos respiratórios completos;

(Neste momento têm 5 aparelhos scot, sendo que é necessário garantir um número mínimo para intervenção em combate urbano. Este material deve ser considerado para a questão operacional e instrução/formação).

4 Lanternas.

(Neste momento o material é quase inexistente, sendo que deve ser considerado para a questão operacional e instrução/formação).

6 Mangueiras 70, 10 Mangueiras 50, 10 Mangueiras 25

(Neste momento o material é insuficiente, sendo que deve ser considerado para a questão operacional e instrução/formação).

2 Agulhetas 70, 4 Agulhetas 50, 2 Agulhetas 25

(Neste momento o material é insuficiente, sendo que deve ser considerado para a questão operacional e instrução/formação).

2 Moto-Bombas (Existem 2 no Marca CB Kubata)

(Neste momento o material é insuficiente. São necessárias 1 de grande capacidade e uma de menor capacidade).

2 Electrobombas

(Neste momento não existe nenhuma. São necessárias 1 de grande capacidade e uma de menor capacidade).

- Comunicações

Da avaliação efectuada, verificamos que é necessário dotar o CB do Município da Praia com o seguinte material, considerado o mínimo indispensável, não obstante deste não ter sido mencionado na lista de necessidades que nos foi encaminhado em 21.09.2010:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

20 Rádios (Terminais)

(Neste momento existem 2 terminais (portáteis) Motorola. O número aqui referido é o mínimo que se pode ter para garantir um sistema de comunicações com capacidade limitada).

5 Bases para as viaturas

(Material necessário para equipar as viaturas que estão atrás assinaladas e as existentes no CB).

1 Torre para a Central

(Neste momento não existe nenhuma. Mínimo indispensável).

- Instalações

Está previsto a construção de um novo quartel na cidadela, cujo projecto decorre com o apoio da CM de Palmela, a ser executado, previsivelmente, para o ano de 2011.

Contudo, as instalações do actual quartel, face ao já antes expresso, carecem de algumas obras de restauro, sendo que se deverá associar:

1 Sala para a formação do pessoal;

1 Refeitório;

1 Gabinete de trabalho para o Chefes de Turno;

Criar as condições mínimas do espaço exterior para formação do pessoal (retirar os veículos que não são do CB e regularizar o piso).

Este quartel, após conclusão do novo, constituir-se-á como um Destacamento do CB.

15h00 – Visita ao Serviço Nacional de Protecção Civil.

15h30 – Reunião com a Sr.^a Vereadora da Cooperação Externa, Dr.^a Maria Aleluia.

16h00 – Visita ao local (Cidadela) onde será construído o novo Quartel.

3) Dia 27.10.2010



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

10h00 – Reunião com o Sr. Presidente da CM da Praia, Dr. José Ulisses Correia e Silva, onde lhe foi apresentado, verbalmente, o presente relatório.

Das iniciativas que o Sr. Presidente pretende levar a cabo na cidade da Praia na vertente do Socorro e da Protecção Civil, verificamos que a CML poderia, também, colaborar nas seguintes áreas, de importância fundamental para a cidade da Praia:

- Apoio no âmbito da Segurança Contra Incêndios em Edifícios, na sua componente técnica e jurídica, podendo, caso autorizado fazer deslocar um técnico e um jurista do RSB neste âmbito;
- Apoio no âmbito da elaboração do diploma relativo à Taxa da Protecção Civil, podendo, caso autorizado fazer deslocar um jurista do RSB neste âmbito;
- Apoio no âmbito do Departamento de Protecção Civil, a coordenar com o referido Departamento.

17h00 – Reunião com a Sr.^a Vereadora da Cooperação Externa, Dr.^a Maria Aleluia.

4. Conclusão/Proposta

- a. A CM da Praia está muito empenhada na operacionalidade do seu Corpo de Bombeiros, tendo para isso aprovado um documento estruturante, aprovado a 18 de Março de 2010, o "Regulamento Municipal do Serviço dos Bombeiros do Município da Praia".
- b. Da avaliação conjunta (CML e CM da Praia), verificou-se, para o CB da Praia:
 - 1) Necessidade de formação ao nível de Chefias e de Bombeiros, podendo o RSB garantir o seu apoio nos moldes antes propostos;
 - 2) Necessidade de reequipamento, nos termos que se releva. O RSB, nesta vertente, apenas poderá garantir apoio técnico que lhe for solicitado, dado que do ponto de vista financeiro este terá de decorrer da Direcção Municipal de Finanças.
- c. Da reunião com o Sr. Presidente da CM da Praia, verificou-se que haveria capacidade de apoio por parte da CML na vertente do Socorro e da Protecção Civil, nas seguintes áreas:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

- 1) Apoio no âmbito da Segurança Contra Incêndios em Edifícios, na sua componente técnica e jurídica, podendo, caso autorizado fazer deslocar um técnico e um jurista do RSB neste âmbito;
- 2) Apoio no âmbito da elaboração do diploma relativo à Taxa da Protecção Civil, podendo, caso autorizado fazer deslocar um jurista do RSB neste âmbito;
- 3) Apoio no âmbito do Departamento de Protecção Civil, a coordenar com o referido Departamento.

À superior consideração de V. Ex.^a.

O Comandante

Joaquim de Sousa Pereira Leitão

Anexos:

- A - Programa (provisório) de visita da Delegação do RSB de Lisboa.
- B - Deliberação Nº 13/10, de 18 de Março de 2010 (Regulamento Municipal do Serviço dos Bombeiros do Município da Praia.
- C - Necessidades dos Bombeiros CM Praia.



Relatório

1.º ENCONTRO TÉCNICO DA REDE TEMÁTICA

"PROTECÇÃO CIVIL"

DE CIDADES UCCLA

SUMÁRIO

I.	CONTEXTUALIZAÇÃO	3
II.	CIDADES PARTICIPANTES	4
III.	PROGRAMA DO ENCONTRO	5
IV.	AGRADECIMENTO	7
V.	DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E TEMAS APRESENTADOS	8
VI.	CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO	19

I. CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente relatório antecede publicação de uma “Brochura” a qual incluirá, de forma mais detalhada e em complemento da informação aqui referida, os conteúdos técnicos das apresentações feitas no Encontro Técnico.

O Projecto Redes Temáticas de Cidades UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) foi aprovado em Salvador da Baía, na XXVII Assembleia-geral da UCCLA, de 7 de Maio de 2010 e tem como propósito fundamental a cooperação técnica e a partilha de conhecimentos entre cidades da UCCLA e Lusófonas.

Nesse sentido foi realizado, na cidade da Praia, um primeiro encontro entre técnicos da Rede Temática “Protecção Civil”, em Abril de 2011, na qual se elaborou o respectivo plano de actividades até 2013, com realce para o Encontro Técnico a realizar na cidade da Praia, no dia Internacional para a Redução de Catástrofes Naturais o qual se comemora, na segunda quarta-feira do mês de Outubro de cada ano.

Nesses termos foi organizado pela cidade da Praia, enquanto cidade-guia, em parceria com a UCCLA o PRIMEIRO ENCONTRO TÉCNICO DA REDE TEMÁTICA “PROTECÇÃO CIVIL”. O referido encontro decorreu na Praia nos dias 12 e 13 de Outubro de 2011 estando programado para os anos seguintes a sua realização, em datas coincidentes com as da referida comemoração, nas cidades de Lisboa e Huambo, 2012 e 2013 respectivamente.

Participaram neste evento representantes de cidades de Portugal, Angola, Moçambique, China (através de Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa - Portugal), cidades de Cabo Verde, Instituições diversas e, no mesmo, foram alcançados objectivos importantes, de que o presente relatório dá conta.

O mesmo teve como principais objectivos:

- partilhar conhecimentos e trocar experiências entre técnicos de países/cidades membros da rede;
- reflectir acerca das ocorrências, soluções e medidas mitigadoras de riscos;
- estudar a possibilidade criar e estabelecer formas e mecanismos de aproximação e cooperação no âmbito da Protecção Civil entre as cidades presentes no encontro.

II. CIDADES PARTICIPANTES

CIDADE	PAÍS
C.M. DE LISBOA	PORTUGAL
C.M. DE CASCAIS	
C.M. DE TORRES NOVAS	
C.M. DE OEIRAS	
C.M. DE GONDOMAR	
INSTITUTO PARA OS ASSUNTOS CÍVICOS E MUNICIPAIS DE MACAU	CHINA
PROVÍNCIA DE HUAMBO	ANGOLA
CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO	MOÇAMBIQUE
C. M. PRAIA (Cidade-Guia)	CABO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL SAL	
CÂMARA MUNICIPAL RIBEIRA BRAVA	
CÂMARA MUNICIPAL MAIO	
CÂMARA MUNICIPAL BRAVA	
CÂMARA MUNICIPAL SÃO VICENTE	
C. M. SANTA CATARINA DE SANTIAGO	
C. M. TARRAFAL	
C. M. SANTA CRUZ	
C. M. SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS	
C. M. SÃO SALVADOR DO MUNDO	
C. M. CALHETA SÃO MIGUEL	
C. M. SÃO DOMINGOS	
CÂMARA MUNICIPAL RIBEIRA GRANDE SANTO ANTÃO (CMRG)	
UNIÃO DE CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA (UCCLA) - Coordenação	PORTUGAL

III. PROGRAMA DO ENCONTRO

HORA	ACTIVIDADES
Período Manhã	Quarta-feira, 12 de Outubro de 2011
8H30 – 9H00	Recepção, Acolhimento dos Participantes e Entrega de Documentação
9H00 – 9H30	Acto Oficial da Abertura do Seminário <i>Arq. João Laplaine Guimarães, Responsável pela Área Institucional da UCCLA, em representação do Secretário-Geral.</i> <i>Dr. José Ulisses Correia e Silva – Presidente da Câmara Municipal da Praia.</i>
9H30 – 10H00	Tema 1: RISCOS POTENCIAIS EM CABO VERDE: O CASO DA RIBEIRA BRAVA – ILHA DE SÃO NICOLAU, CABO VERDE. Orador: <i>Dr. Jair Rodrigues – DFEIPR – SNPC</i>
10H00 – 11H00	Debate
11H00 – 11H30	Coffee Break
11H30 – 12H00	Tema 2: PROCESSO DE OCUPAÇÃO URBANÍSTICA DA CIDADE DA PRAIA. Oradores: <i>Arquitectos Alberto Melo e Rafael Fernandes – CMP</i>
12H00 – 13H00	Debate
13H00 – 14H30	Almoço
Período Tarde	Quarta-feira, 12 de Outubro de 2011
14H30 – 15H00	Tema 3: A PROBLEMÁTICA DE CHEIAS E INUNDAÇÕES NA CIDADE DA PRAIA Orador: <i>Eng.º Nilton Correia – INGRH</i> Moderadora: <i>Eng.ª Luísa Oliveira, CMP/ADA</i>
15H00 – 16H00	Debate
16H00 – 16H30	Coffee Break
16H30 – 17H00	Tema 4: AS DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICAS, ASSOCIADAS A CHEIAS E INUNDAÇÕES NA CIDADE DA PRAIA Orador: <i>Dr. Domingos Teixeira – DELEGACIA DE SAÚDE DA PRAIA</i>
17H00 – 18H00	Debate e encerramento do primeiro dia do evento

PAINEL I

PAINEL II

* * *

HORA	ACTIVIDADES	
Período Manhã	Quinta-feira, 13 de Outubro de 2011	
8H30 – 9H00	Recepção e Acolhimento dos Participantes	PAINEL III
9H00 – 9H30	Tema 5: APRESENTAÇÃO DE UM CASO DE ESTUDO FACE A SITUAÇÕES DE RISCO (ALUIAMENTO DE TERRAS) E AS RESPOSTAS DA PROTECÇÃO CIVIL <i>Oradora: Dra. Emília Castela – Departamento de Protecção Civil de Lisboa – CML</i> <i>Moderadora: <u>Doutora Judite Nascimento</u> – DCT – UNICV</i>	
9H30 – 10H30	<i>Debate</i>	
10H30 – 11H00	<i>Coffee Break</i>	
11H00 – 11H30	Tema 6: PREVENÇÃO DE EMERGÊNCIA E GESTÃO DO RISCO <i>Orador: Dr. Carlos Estibeira - Serviço Municipal de Protecção Civil de Cascais - CMC</i>	
11H30 – 12H30	<i>Debate</i>	
12H30 – 14H30	Almoço	
Período Tarde	Quinta-feira, 13 de Outubro de 2011	
14H30 – 15H00	Tema 7: A EXPERIÊNCIA DE MOÇAMBIQUE NA GESTÃO DE DESASTRES NATURAIS <i>Oradora: Dra. Fátima Belchior, Instituto Nacional de Gestão de Calamidades - INGC - Município de Maputo.</i> <i>Moderador: <u>Eng.º Pérciles Barros</u> - HIDRÓLOGO - ARE</i>	PAINEL IV
15H00 – 16H00	<i>Debate</i>	
16H00 – 16H30	<i>Coffee Break</i>	
16H30 – 17H00	Tema 8: SENSIBILIZAÇÃO PARA AS TEMÁTICAS DA PROTECÇÃO CIVIL FACE AOS RISCOS – <i>Oradora: Dra. Emília Castela – Departamento de Protecção Civil de Lisboa - CML</i>	
17H00 – 18H00	<i>Debate</i>	ENCERRAM.
18H00 – 19H00	<i>Dr. Celestino Afonso – Chefe da equipa técnica da rede temática “Protecção Civil”</i> <i>Eng.º Renato Costa – Resumo final dos dois dias de trabalho</i> <i>Dr. João Calão Manuel Figueiredo – Administrador Adjunto do Município de Huambo</i> <i>Dr. Francisco Tavares – Presidente da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV) – Encerramento Oficial.</i>	
	HOTEL TRÓPICO, Prainha, cidade da Praia, ilha de Santiago, Cabo Verde	LOCAL



Relatório

2.º ENCONTRO TÉCNICO DA REDE TEMÁTICA

"PROTEÇÃO CIVIL"

DE CIDADES UCCLA



SUMÁRIO

I.	CONTEXTUALIZAÇÃO	3
II.	CIDADES PARTICIPANTES.....	4
III.	PROGRAMA DO ENCONTRO	5
IV.	AGRADECIMENTO	7
V.	DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E TEMAS APRESENTADOS	8
VI.	CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO	31

I. CONTEXTUALIZAÇÃO

À semelhança do que aconteceu na cidade da Praia, em Outubro 2011 foi realizado, nos dias 10 e 11 de Outubro, no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, o SEGUNDO ENCONTRO TÉCNICO DA REDE TEMÁTICA “PROTEÇÃO CIVIL”, organizado pelas Câmaras Municipais da Praia (cidade guia) e Lisboa, sob a coordenação da União de Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), no qual estiveram presentes representantes de cidades de Portugal, Angola, Moçambique, China e Cabo Verde.

Os encontros técnicos anuais previstos no plano de atividades da rede para o triénio 2011/2013, elaborado na cidade da Praia, em Abril de 2011 coincidem com o dia Internacional para a Redução de Catástrofes Naturais que se comemora, na segunda quarta-feira do mês de Outubro de cada ano.

Na sequência dos encontros ocorridos nas cidades da Praia e Lisboa, 2011 e 2012, respetivamente, está prevista a realização do próximo em Outubro de 2013 no Município de Huambo, em Angola.

O Encontro teve como principais objetivos:

- proporcionar a partilha de conhecimentos e a troca de experiências entre técnicos membros da rede;
- estabelecer formas e mecanismos de cooperação no âmbito da rede “Proteção Civil”.
- *promover a aproximação de instituições e de técnicos associados à “Proteção Civil”.*

II. CIDADES PARTICIPANTES

CIDADE	PAÍS
       	C.M. DE LISBOA C.M. DE CASCAIS C.M. DE TORRES NOVAS C.M. DE OEIRAS C.M. DE ALMADA C.M. COIMBRA C.M. DE TAVIRA SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL DA MADEIRA PORTUGAL
	PROVÍNCIA DE HUAMBO ANGOLA
	CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO MOÇAMBIQUE
	DELEGAÇÃO ECONÓMICA E COMERCIAL DE MACAU CHINA
        	C. M. PRAIA (Cidade-Guia) C. M. SANTA CATARINA DE SANTIAGO C. M. TARRAFAL DE SÃO NICOLAU C.M. BOAVISTA C.M. TARRAFAL DE SANTIAGO C. M. CALHETA SÃO MIGUEL C. M. SÃO DOMINGOS C.M. SANTA CATARINA DO FOGO UNIVERSIDADE DE CABO VERDE CABO VERDE
	UNIÃO DE CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA (UCCLA) - Coordenação PORTUGAL

III. PROGRAMA DO ENCONTRO

HORA	ACTIVIDADES
Período Manhã	Quarta-feira, 10 de Outubro de 2012
9H00 – 9H30	Receção dos Participantes
09H00 – 10H15	Sessão de Abertura <i>Eng.º Miguel Anacoreta Correia – Secretário-geral da UCCLA</i> <i>Dr. Manuel Brito – Vereador da Câmara Municipal de Lisboa</i> <i>Dr. José Ulisses Correia e Silva – Presidente da Câmara Municipal da Praia</i>
10H15 – 11H00	Tema 1: O Planeamento Urbano e o risco Orador: Investigador e Professor João Appleton
11H00 – 11H30	Intervalo
11H30 – 12H15	Tema 2: Planeamento Urbano na Gestão dos Riscos Naturais: estudo de caso do bairro da Jamaica e Água Funda” Orador: Hermelindo Fernandes – UniCV
12H15 – 12H30	Debate
12H30 – 14H30	Almoço Livre
Período Tarde	Quarta-feira, 10 de Outubro de 2011
14H30 – 15H30	Tema 3: O Incêndio Florestal na Região Autónoma da Madeira em Julho de 2012. A Intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional Regional e a coordenação das operações através do comando Regional das Operações de socorro. Orador: Luís Manuel Neri – Serviço Regional de Proteção Civil Madeira
	Tema 4: Resposta do Serviço Municipal de Proteção Civil de Tavira ao Incêndio de Julho Orador: Miguel Silva – Serviço Regional de Proteção Civil de Tavira
15H30-15H45	Debate
15H45 – 18H00	Visita Técnica Sala de Operações Conjunta (SALOC)

* * *



HORA	ACTIVIDADES
Período Manhã	Quinta-feira, 11 de Outubro de 2011
9H30 – 10H15	<p>Tema 5: Requalificação da Encosta de Vila Nova: uma medida estrutural na mitigação de riscos de cheias na cidade da Praia</p> <p>Orador: Celestino Barbosa Afonso – Câmara Municipal da Praia</p>
10H15 – 11H00	<p>Tema 6: Contributos da Proteção Civil da Câmara de Torres Novas no âmbito da geminação com o Município da Ribeira Grande de Santo Antão</p> <p>Orador: António Rodrigues- Câmara Municipal de Torres Novas</p>
11H00 – 11H15	Intervalo
11H15 – 12H00	<p>Tema 7: Riscos Costeiros e as Vulnerabilidades costeiras</p> <p>Orador: Carlos Estibeira – Câmara Municipal de Cascais</p>
12H30 – 14H30	Debate
12H30 – 14H30	Almoço Livre
Período Tarde	Quinta-feira, 11 de Outubro de 2011
14H30 – 15H15	<p>Tema 8: Voluntariado em Proteção Civil: preparação da população para a emergência</p> <p>Oradora: Sofia Baltazar – Serviço Municipal de Proteção Civil de Lisboa</p>
15H15 – 16H00	<p>Tema 9: Avaliação do risco Sísmico na Cidade de Maputo</p> <p>Orador: Sulemane Mamad</p>
16H00 – 16H30	Intervalo
16H30 – 17H00	<p>Tema 10: Construções? Suas implicações</p> <p>Orador: José Marcelino – Administração Municipal do Huambo</p>
17H15 – 17H30	Debate
17H30 – 18H00	<p>Sessão de encerramento/Conclusão dos trabalhos</p> <p>Eng.º Miguel Anacoreta Correia – Secretário-geral da UCCLA</p> <p>Dr. Manuel Brito – Vereador da Câmara Municipal de Lisboa</p> <p>Dr. José Ulisses Correia e Silva – Presidente da Câmara Municipal da Praia</p>



Relatório

3.º ENCONTRO TÉCNICO DA REDE TEMÁTICA

"PROTEÇÃO CIVIL"

DE CIDADES UCCLA



praia

Cidade em Movimento

HUAMBO, 09/10 OUT. 2013



FICHA TÉCNICA:

Título: Relatório 3.º Encontro Técnico da Rede Temática Proteção Civil de Cidades UCCLA

Elaboração: Eng.º Renato Costa | *Coordenador do Projecto Redes Temáticas de Cidades UCCLA*
Dr. Celestino Afonso | *Responsável Técnico da Cidade Guia da Rede*

Data: Outubro de 2013



SUMÁRIO

I.	CONTEXTUALIZAÇÃO	4
II.	CIDADES PARTICIPANTES	5
III.	PROGRAMA DO ENCONTRO	6
IV.	AGRADECIMENTO	8
V.	DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E TEMAS APRESENTADOS	9
VI.	CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES	29

I. CONTEXTUALIZAÇÃO

Enquadrado no âmbito das actividades da Rede Temática Protecção Civil de Cidades UCCLA, as cidades da Praia (cidade guia) e Huambo (cidade anfitriã), sob a coordenação de União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), organizaram nos 09 e 10 de Outubro de 2013, na sala de conferências das instalações da Rádio Huambo, Província de Angola, o III ENCONTRO TÉCNICO DA REDE TEMÁTICA PROTEÇÃO CIVIL DE CIDADES UCCLA. Recorda-se que esta terceira edição foi precedida pelos encontros da Praia e Lisboa, ocorridos em 2011 e 2012, respectivamente. O mesmo coincide com o dia Internacional para a Redução de Catástrofes Naturais, que se comemora, anualmente, na segunda quarta-feira do mês de Outubro.

O projecto Redes Temáticas de Cidades UCCLA foi aprovado a 7 de Maio de 2010, em Salvador da Baía, na XXVII Assembleia-geral da UCCLA, da qual faz parte a Rede Temática “Protecção Civil” e mais duas outras redes que, no conjunto, correspondem ao projecto aprovado. Os Encontros Técnicos visam a cooperação entre cidades UCCLA e Lusófonas, nos termos decorrentes do estabelecido no projecto, e no respectivo Regulamento aprovado em Lisboa pela Comissão Executiva, em 15 de Outubro do mesmo ano.

O Encontro Técnico da Rede Temática “Protecção Civil” tem como principal objectivo a partilha de conhecimentos e troca de experiências entre técnicos de países/cidades membros da rede, em geral e, em particular, reflectir acerca das ocorrências, soluções e medidas mitigadoras do risco em questão e deverá ser um espaço privilegiado na aproximação das cidades da rede.

A mesa de abertura do encontro foi constituída por suas Excelências o Eng.º José Marcelino, Administrador da Província e o Vice-Governador da Província de Huambo, Dr. Francisco Fato, que presidiu a cerimónia e pelo Eng.º Renato Martins Costa, em representação ao Senhor Secretário-Geral da UCCLA, Dr. Vítor Ramalho.

O certame contou com a presença das Comissões Administrativas de Luanda, representantes dos Municípios, centros universitários, autoridades civis e Militares do Huambo e dos representantes das cidades da Praia e São Domingos (Cabo Verde); Lisboa e Cascais (Portugal); Maputo (Moçambique) para além dos elementos da UCCLA.

A cerimónia de encerramento foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Geral da UCCLA, Dr. Victor Ramalho, que proferiu o respectivo discurso.

II. CIDADES PARTICIPANTES

CIDADE	PAÍS
 CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS	PORTUGAL
 PROVÍNCIA DE HUAMBO (Anfitriã e Organizadora) CIDADE DE LUANDA	ANGOLA
 CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO	MOÇAMBIQUE
 CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA (Cidade-Guia)  CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS	CABO VERDE
 UNIÃO DE CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA (UCCLA) - Coordenação	PORTUGAL

III. PROGRAMA DO ENCONTRO

HORA	ATIVIDADES
Período Manhã	Quarta-feira, 09 de Outubro de 2013
08:30 – 09:00	Recepção dos convidados e participantes
09:00 – 10:00	Sessão de abertura Hino Nacional Minuto de Silêncio Apresentação do Presidium Momento Cultural (dança “Olundongo” e “peça teatral”) Discurso de boas vindas (Sua Excia. Sr. Administrador Municipal do Huambo – Eng.º José Marcelino) Discurso de abertura (Proferido por Sua Excia. o Vice Governador da Província do Huambo, Sr. Francisco Fato)
10:00 – 11:15	Intervalo Coffee break
10:15 – 10:45	“Apresentação da província do Huambo”. Eng.º José Marcelino Administração Provincial do Huambo Angola Debate
10:50 – 11:20	“Situação operativa da protecção civil no Huambo”. Dr. João Ricardo Angola Debate
11:25 – 11:55	A protecção civil em Angola: “Grau de implementação a nível do país e principais actividades”. Dr. Francisco Bimba Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros Angola Debate
12:00 – 12:30	“Medidas preventivas na redução do risco de cheias e inundações no município da Praia”. Dr. Celestino Afonso Serviço Municipal de Protecção Civil da Praia Cabo Verde Debate
13:10 – 15:30	Almoço
Período Tarde	Quarta-feira, 09 de Outubro de 2013
15:40-16:10	“Incêndios florestais: uma visão organizacional ao nível das estruturas de planeamento e de execução, enquanto factores de mudança estratégica”. Cor. Joaquim Leitão Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa Portugal Debate
16:20 – 16:50	“Plano municipal de emergência de protecção civil de Cascais” Dr. Luís Cecílio Serviço Municipal de Protecção Civil de Cascais Portugal Debate
17:00 – 17:20	Intervalo Coffee break
17:30 – 18:00	“Processo de reassentamento das populações no âmbito das inundações (cheias) na cidade de Maputo Arq. António Tovela Conselho Municipal de Maputo Moçambique Debate



HORA	ATIVIDADES
Período Manhã	Quinta-feira, 10 de Outubro de 2013
8:30 – 09:00	Início dos trabalhos Chegada dos participantes
09:00 – 09:30	“Urbanização e protecção civil” Eng.º Carlos Figueiredo Development Workshop Angola Angola Debate
09:40 – 10:10	“Salvamento aquático e articulação entre os agentes da protecção civil” Dr. Celestino Afonso Serviço Municipal de Protecção Civil da Praia Cabo Verde Debate
10:20 – 10:50	“Acidentes domésticos: como actuar ao nível da prevenção e resposta operacional” Dr. Luís Cecílio Serviço Municipal de Protecção Civil de Cascais Portugal Debate
10:50 – 11:10	Intervalo Coffee break
11:20 – 11:50	“Reflexões sobre a rede temática protecção civil e perspectivas” Eng.º Renato Costa União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) Portugal Debate Sugestões
12:00 – 12:30	Sessão de encerramento Momento Cultural (dança tradicional e poesia) Discurso de encerramento Sua Excia, Dr. <i>Victor Ramalho</i> Secretário Geral da UCCLA
13:00 – 14:00	Almoço
Período Tarde	Quinta-feira, 11 de Outubro de 2011
14:30 – 17:00	Visita guiada Ribeira da Granja e Ravina do Dango

ÍNDICE

1 -	INTRODUÇÃO	7
2 -	A AUTORIDADE NACIONAL PARA OS INCÊNDIOS FLORESTAIS	8
2.1	A constituição da ANIF, o seu enquadramento e serviços	8
2.2	O seu funcionamento como unidade de coordenação	8
2.3	A acção do Director e Director-adjunto	9
2.4	As recomendações e orientações	9
2.5	A relação com os Órgãos de Soberania	9
2.6	A relação com a comunicação Social	10
3 -	ENQUADRAMENTO GERAL	11
3.1	A evolução da componente meteorológica	11
3.1.1.	Condições meteorológicas de 2005 (Maio a Setembro)	13
3.1.2.	Avaliação do Índice Meteorológico de Risco de Incêndio Florestal - FWI e das Classes de Risco em 2005. Comparação com os anos anteriores. ..	14
3.1.3.	Índice Combinado de Risco de Incêndio Florestal (ICRIF)	20
3.2	Meios envolvidos nos vários dispositivos com vista às acções de pré-supressão supressão	20
3.2.1.	Dispositivo de vigilância, sensibilização detecção, 1ª intervenção e Beneficiação de Infra-estruturas	21
3.2.2.	Dispositivo especial de combate a incêndios florestais	22
3.3	Número de ocorrências e áreas ardidas	23
4 -	OS PROBLEMAS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	26
4.1	As Autarquias e os instrumentos de ordenamento	26
4.2	Áreas com estatuto de protecção e conservação e sujeitas ao regime florestal	28
5 -	OS PROBLEMAS DO ORDENAMENTO DO ESPAÇO FLORESTAL	30
5.1	Iniciativa para o ordenamento	30
5.2	Cadastro	30

5.3	A valorização do material lenhoso.....	31
5.4	Papel das organizações da produção florestal na promoção do ordenamento e gestão florestal.....	32
6 -	O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO ACTUAL DE GESTÃO E SALVAGUARDA	33
6.1	Zonas de protecção e de limpeza	33
6.2	Fiscalização	33
6.3	O Corpo Nacional da Guarda-Florestal, da Guarda da Natureza, PJ, o SEPNA e a Fiscalização Municipal	34
6.3.1	Corpo Nacional da Guarda-Florestal	34
6.3.2	Vigilantes da Natureza.....	35
6.3.3	O SEPNA/GNR	36
6.3.4	A Polícia Judiciária.....	37
6.3.5	A Fiscalização Municipal	37
6.4	As práticas do espaço rural	37
6.4.1	Uso do fogo em espaço rural	37
6.4.2	Lançamento de fogo de artifício	37
7 -	VIGILÂNCIA DO ESPAÇO RURAL E FLORESTAL	39
7.1	O índice de risco	39
7.2	Os postos de vigia	39
7.3	A vídeo -vigilância.....	39
7.4	A vigilância realizada pelos Aeroclubes.....	40
7.5	A vigilância aérea armada.....	41
7.6	A participação das forças armadas e de segurança	41
7.7	Análise e medidas	42
8 -	DETECÇÃO	43
8.1	Através do sistema da DGRF.....	43
8.2	Através de telemóvel.....	43
8.3	Através de comunicações aos corpos de bombeiros.....	43
8.4	Através dos sistemas de experiência.....	44

8.5	Tempo de resposta	44
8.6	Análise e medidas	44
9 -	A PRIMEIRA INTERVENÇÃO	45
9.1	Pelos cidadãos	45
9.2	Pelos Sapadores Florestais, da DGRF e do ICN	46
9.3	Pelas brigadas helitransportadas e pelos GPI	46
9.4	Pelas Forças Armadas	48
9.5	Análise e medidas	48
10 -	O COMBATE	50
10.1.	A organização de um Teatro de Operações	50
10.1.1.	A protecção de vidas e bens e dos espaços florestais	50
10.1.2.	O dispositivo de combate	51
10.1.3.	Meios Terrestres	52
10.1.4.	Meios Aéreos	54
10.1.5.	Cadeia de Comando no TO	56
10.1.6.	Comunicações	57
10.1.7.	Meios de planeamento, previsão e apoio à decisão	58
10.1.8.	Apoio Logístico	60
10.2	A integração dos GPI	61
10.3	Os GDIR, GRR, CNAR e GLOR	64
10.4	A utilização dos produtos de extinção	65
10.5	A participação das Forças Armadas	66
11 -	RESCALDOS E REACENDIMENTOS	67
11.1.	Os métodos e técnicas de rescaldo	67
11.2.	A retirada dos bombeiros	68
11.3.	O uso da água e das técnicas manuais e mecânicas	68
11.4.	Máquinas de rasto	69
11.5.	A participação das populações, Juntas e Câmaras	69
11.6.	A participação das Forças Armadas	71
12 -	A RELAÇÃO COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL	72

12.1.	As imagens de proximidade e à distância	72
12.2.	A influência das imagens no comportamento	72
12.3.	Os perímetros de segurança	73
12.4.	A credenciação de Jornalistas	73
12.5.	A falta de unidade de Comando na comunicação	73
12.6.	Análise e medidas	74
13 -	AS ESTRUTURAS DE PREVENÇÃO e DEFESA DA FLORESTA	75
13.1	Nível Nacional	75
13.2	Nível Distrital.....	76
13.3	Nível Municipal	77
14 -	AS ESTRUTURAS DE PROTECÇÃO E SOCORRO	78
14.1	Nível Municipal	78
14.2	Nível Distrital.....	89
14.3	Nível Nacional	94
14.3.1.	Departamento de Coordenação Operacional Nacional	99
14.3.2.	Célula de decisão Operacional.....	102
14.3.3.	Gabinete de Apoio	103
14.3.4.	Sala de Operações	104
14.4	O modelo organizacional integrado numa perspectiva Nacional	104
15 -	AS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E COMANDO DO SISTEMA PC	110
15.1	O Sistema de Protecção Civil de resposta à Emergência.....	110
15.2	Estruturas de Protecção Civil de resposta à Emergência	111
15.2.1	Nível Municipal	111
15.2.2	Nível Distrital.....	111
15.3	Entidade de decisão política na área de protecção civil.....	112
15.4	Entidade técnica para a emergência	112
15.5	Nível Nacional	112
16 -	A FORMAÇÃO	114
16.1	Dos Estados-Maiores Nacional e Distritais	114

16.2	Do Comandante e Chefias das operações de socorro	114
16.3	Dos Comandantes Municipais e coordenador da equipa técnica florestal Municipal	115
16.4	De um corpo profissional especializado	115
16.5	Dos Chefes de Brigada GPI	116
16.6	Dos operadores dos CDOS	117
16.7	Dos agentes de vigilância e fiscalização	117
17 -	CONCLUSÕES	119
18 -	MEDIDAS LEGISLATIVAS	128
18.1.	Criação de novos diplomas	128
18.2.	Alterações legislativas mais significativas	128
19 -	BIBLIOGRAFIA	132
20 -	ANEXOS	135
	Anexo A – Análise de superfície de 04ago2005	136
	Anexo B – Temperatura média do ar	138
	Anexo C – Precipitação acumulada	140
	Anexo D – Comparação das médias dos nove primeiros meses do índice fwi e do sub- índice dc	142
	Anexo E – Gráficos das médias mensais do índice FWI e do sub-índice DC	144
	Anexo F – Gráficos dos valores médios mensais da temperatura do ar e humidade relativa	146
	Anexo G – Número de dias em que ocorreram as classes extremas, por distrito	148
	Anexo H – Classes observadas diariamente durante os meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro de 2005, nas capitais de distrito, área ardida e número de ocorrências registados pela DGRF	150
	Anexo I – Representação dos valores médios do FWI observado nos nove primeiros meses dos anos de 2003, 2004 e 2005	152
	Anexo J – Representação da diferença entre os valores médios de FWI previstos a 24 e a 48 horas e os valores médios de FWI observados, para o período de Junho de 2005 a Setembro de 2005	155

Anexo K – Gráficos com a evolução do DSR (Daily Severity Rating).....	157
Anexo L – O Índice Combinado de Risco de Incêndio Florestal (ICRIF)	159
Anexo M – média para todos os distritos do ICRIF e evolução do ICRIF e área ardida para os Distritos de Castelo Branco e de Coimbra	161

ÍNDICE

1 - OS DEPARTAMENTOS INTEGRANTES – CONTRIBUTOS, ACÇÃO E FRAGILIDADES	4
1.1 APIF	4
1.1.1 Instalação da Agência	4
1.1.2 Criação e acompanhamento da rede de Gabinetes Técnicos Florestais.....	4
1.1.3 Elaboração do Plano Nacional de Defesa das Floresta contra Incêndios	5
1.1.4 Implementação de um sistema nacional de divulgação pública do risco de incêndio.....	5
1.1.5 Implementação de campanhas de sensibilização pública associadas à divulgação do risco	5
1.1.6 Promoção de auditorias ao Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta contra Incêndios	5
1.1.7 Realização de inquéritos aos Grandes Incêndios Florestais	5
1.1.8 Tentativa de criação de um Sistema de Informação Geográfica capaz de reunir toda a informação sobre Defesa da Floresta contra Incêndios.....	5
1.2 SNBPC	6
1.2.1 Introdução	6
1.2.2 Acções desenvolvidas	7
1.2.3 Fragilidades e vulnerabilidades.....	11
1.2.4 Propostas e sugestões.....	15
1.2.4.1 Coordenação Estratégica Inter Sectorial.....	18
1.2.4.2 Instrumentos de apoio ao planeamento estratégico e à decisão operacional	19
1.2.4.3 Organização dos socorros	19
1.2.4.4 Dispositivo de combate.....	20
1.2.4.5 Comunicações e Gestão da Comunicação de Emergência	21
1.2.4.6 Logística.....	22

1.2.4.7	Apoio técnico internacional	23
1.3	DGRF	24
1.3.1	Sensibilização	24
1.3.2	Silvicultura preventiva e infra-estruturas.....	29
1.3.3	Vigilância e sensibilização.....	31
1.3.4	Vigilância e primeira intervenção.....	35
1.3.5	Fiscalização e investigação de incêndios.....	36
1.3.6	Investigação e Inovação.....	36
1.3.7	Actividade da célula CPD/CDOS	36
1.3.8	Formação profissional.....	37
1.4	ICN	39
1.5	IM	46
1.5.1	Informação produzida e disponibilizada diariamente pelo IM	46
1.5.2	Constrangimentos	48
1.5.3	Recomendações e Desenvolvimentos futuros.....	50
2 -	ACTAS DAS REUNIÕES DA AUTORIDADE NACIONAL	53
2.1	Acta 1ª Rn – 16MAI05	53
2.2	Acta 2ª Rn – 31MAI05	61
2.3	Acta 3ª Rn – 15JUN05	71
2.4	Acta 4ª Rn – 06JUL05	85
2.5	Acta 5ª Rn – 27JUL05	103
2.6	Acta 6ª Rn – 23AGO05.....	118
2.7	Acta 7ª Rn – 28SET05	131
2.8	Acta 8ª Rn – 17OUT05	135
2.9	Acta 9ª Rn – 20OUT05	146
3 -	INTERVENÇÕES / BRIEFING'S DA ANIF.....	150
3.1	Participação nas Jornadas sobre Prevenção de Incêndios promovida pela Câmara Municipal de Cabeceiras de Baixo – 03JUN05	150

3.2	Participação num curso de formação no âmbito da Escola Nacional de Bombeiros – 23JUN05	153
3.3	Visita de S.Ex ^a o PR a Ferreira do Zêzere – 27JUL05	159
3.4	Apresentação do Ponto de Situação a S.Ex ^a o Ministro de Estado e da Administração Interna e S.Ex ^a o Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas – 30AGO05	165
3.5	Actualização do Ponto de Situação a S.Ex ^a o Ministro de Estado e da Administração Interna - 15SET05	170
3.6	Participação na Conferência “Incendios Forestales: panorâmica general” promovido pela Junta de Extremadura – 20OUT05	174
3.7	Apresentação do Relatório Final a S.Ex ^a o Ministro de Estado e da Administração Interna, S.Ex ^a o Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, e aos Governadores Cívicos – 21OUT05	179
4 -	COMUNICADOS AOS ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	200
4.1	Comunicado nº1 aos OCS – 07JUN05	200
4.2	Comunicado nº2 aos OCS – 07JUN05	201
4.3	Comunicado nº3 aos OCS – 10JUL05	202
4.4	Comunicado nº4 aos OCS – 10JUL05	202
4.5	Comunicado nº5 aos OCS – 20AGO05	204
4.6	Comunicado nº6 aos OCS – 23Ago05	206
4.7	Comunicado nº7 aos OCS – 29SET05	211
5 -	ANEXOS	215
	Anexo A – Índice Meteorológico de Risco de Incêndio Florestal FWI (Fire Weather Index)	216

Anexo VIII

Ocorrências registadas na cidade de Lisboa, no período de 2005 a 2013

Descrição / Natureza	N.º de Ocorrências								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	(1)(3)	(1)(3)	(1)(3)	(1)(3)	(1)(3)	(2)(3)	(2)(3)	(2)(3)	(2)(3)(4)
Incêndio \ Povoamento Florestal	18	22	14	33	20	5	12	11	23
Incêndio \ Agrícola						3	2		
Incêndio \ Inculto	537	548	606	549	589	727	546	344	368
Incêndio \ Edifício (Infra-estrutura/Instalação) \ Escolar						5	2	5	3
Incêndio \ Edifício (Infra-estrutura/Instalação) \ Comercial/Lojas/Feiras/Gare de Transporte						5	5	8	6
Incêndio \ Edifício (Infra-estrutura/Instalação) \ Habitação	442	397	397	416	344	364	301	244	223
Incêndio \ Edifício (Infra-estrutura/Instalação) \ Hoteleira e similar						24	14	30	21
Incêndio \ Edifício (Infra-estrutura/Instalação) \ Militar/Forças Segurança						2	1	1	1
Incêndio \ Edifício (Infra-estrutura/Instalação) \ Indústria/Oficina/Armazém						8	13	6	4
Incêndio \ Edifício (Infra-estrutura/Instalação) \ Edifício Devoluto/Degradado	102	61	95	128	78	50	43	33	20
Incêndio \ Edifício (Infra-estrutura/Instalação) \ Estacionamento						2	4	2	3
Incêndio \ Edifício (Infra-estrutura/Instalação) \ Serviços						7	3	4	1
Incêndio \ Edifício (Infra-estrutura/Instalação) \ Hospitalar/Lar						5	5	5	1
Incêndio \ Edifício (Infra-estrutura/Instalação) \ Cultura/Museu/Arte/Biblioteca						1	1		
Incêndio \ Edifício (Infra-estrutura/Instalação) \ Espectáculo/Lazer/Culto Religioso						2	3	1	
Incêndio \ Equipamentos (sem afectação do ambiente)						4	5	4	3
Incêndio \ Equipamentos (sem afectação do ambiente) \ Contentores de lixo						268	312	327	262
Incêndio \ Produtos						3	2		
Incêndio \ Transportes \ Rodoviário	194	162	139	125	155	164	145	136	142
Incêndio \ Transportes \ Ferroviário						1			
Incêndio \ Transportes \ Aéreo						1			
Incêndio \ Transportes \ Aquático							3		
Incêndio \ Detritos						69	241	567	471
Acidentes\Salvamentos de Viação	502	485	487	454	441				
Acidentes \ Rodoviários \ Com viaturas						354	322	314	298
Acidentes \ Rodoviários \ C/ Encarcerados						167	119	126	144
Acidentes \ Rodoviários \ Atropelamento						7	7	10	12
Acidentes \ Ferroviário \ Atropelamento						3	3	2	5
Acidentes \ Ferroviário \ Descarrilamento							1		
Acidentes \ Ferroviário \ Com Encarcerados							2	1	1

Ocorrências registadas na cidade de Lisboa, no período de 2005 a 2013

Descrição / Natureza	N.º de Ocorrências								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	(1)(3)	(1)(3)	(1)(3)	(1)(3)	(1)(3)	(2)(3)	(2)(3)	(2)(3)	(2)(3)(4)
Acidentes \ Aquático \ Queda ao Rio						9	8	8	8
Acidentes \ Aquático						3	2		
Acidentes \ Aéreo							1	1	
Acidentes \ Equipamentos \ Elevadores						551	461	424	365
Acidentes \ Equipamentos \ Escadas/Tap. Rolantes						3			
Acidentes \ Equipamentos						6	1	4	4
Infra-estruturas e Vias de Comunicação \ Queda de Árvore	174	243	172	277	374	492	475	249	665
Infra-estruturas e Vias de Comunicação \ Corte de abastecimento \ Água						1	2		
Infra-estruturas e Vias de Comunicação \ Corte de abastecimento \ Electricidade							1		2
Infra-estruturas e Vias de Comunicação \ Edifícios em Mau Estado	295	304	169	624	500				
Infra-estruturas e Vias de Comunicação \ Desabamento						130	90	27	17
Infra-estruturas e Vias de Comunicação \ Desabamento \ Queda de Revestimento						984	814	638	719
Infra-estruturas e Vias de Comunicação \ Deslizamento						5	3	1	1
Infra-estruturas e Vias de Comunicação \ Inundação	3.329	4.401	3.829	4.239	3.003	1.487	1.245	612	694
Infra-estruturas e Vias de Comunicação \ Desentupimento/Tamponamento						60	36	26	17
Infra-estruturas e Vias de Comunicação \ Danos/Queda Cabos Eléctricos						82	62	50	38
Infra-estruturas e Vias de Comunicação \ Danos/Queda Cabos Eléctricos \ Curto-circuito	195	227	177	344	317	273	213	206	196
Infra-estruturas e Vias de Comunicação \ Queda de Estruturas						474	300	202	480
Pré-Hospitalar \ Intoxicação						12		6	4
Pré-Hospitalar \ Doença Súbita						910	240	1.063	1.469
Pré-Hospitalar \ Traumatismo/Queda						199	100	283	321
Pré-Hospitalar \ Queimado									1
Pré-Hospitalar \ Parto						6		8	5
Conflitos Legais \ Explosivos \ Ameaça						4			
Conflitos Legais \ Explosivos \ Explosão								1	1
Conflitos Legais \ Agressão/Violação						3	1	1	6
Conflitos Legais \ Suicídio/Homicídio \ Tentativa						8	14	15	10
Conflitos Legais \ Suicídio/Homicídio \ Consumado									1
Conflitos Legais \ Transporte/Remoção Cadáver						1			

Ocorrências registadas na cidade de Lisboa, no período de 2005 a 2013

Descrição / Natureza	N.º de Ocorrências								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	(1)(3)	(1)(3)	(1)(3)	(1)(3)	(1)(3)	(2)(3)	(2)(3)	(2)(3)	(2)(3)(4)
Conflitos Legais \ Apoio à Autoridade						47	42	74	54
Tecnológicos Industriais \ Acidentes Matérias Perigosas \ Químicos						5	5	8	6
Tecnológicos Industriais \ Matérias Perigosas em Trânsito \ Biológicos							1		
Tecnológicos Industriais \ Matérias Perigosas em Trânsito \ Químicos							2	1	
Tecnológicos Industriais \ Fuga de Gás \ Fechos de Gás	260	221	297	300	244				
Tecnológicos Industriais \ Fuga de Gás \ Garrafa						38	28	38	26
Tecnológicos Industriais \ Fuga de Gás \ Canalização/Conduta						258	223	232	200
Tecnológicos Industriais \ Fuga de Gás \ Depósito/Reservatório							1		
Tecnológicos Industriais \ Situações Suspeitas \ Detecção de Incêndio	74	99	61	59	58				
Tecnológicos Industriais \ Situações Suspeitas \ Verificar SADI/Alarmes						96	133	92	106
Tecnológicos Industriais \ Situações Suspeitas \ Verificar Fumos						214	257	261	198
Tecnológicos Industriais \ Situações Suspeitas \ Verificar Cheiros						193	218	207	165
Serviços \ Prevenções \ Ligação aos SADI	276	279	61						
Serviços \ Prevenções \ Transportes						8			
Serviços \ Prevenções \ Queimadas						8	4	5	1
Serviços \ Prevenções \ Espectáculo	3.915	3.900	3.991	3.932	3.762	45	23	18	24
Serviços \ Prevenções \ Pré-Posicionamento Meios						54	18	27	39
Serviços \ Prevenções \ Desporto						27	28	33	45
Serviços \ Prevenções \ Patrulhamento/Vigilância						34	7	9	11
Serviços \ Limpeza de Via/Resíduos na Via Pública	1.745	1.637	1.421	1.372	1.445				
Serviços \ Limpeza de Via/Conservação						418	499	579	466
Serviços \ Limpeza de Via/Conservação \ Sinalizar Buraco	148	250	190	194	226	285	231	223	229
Serviços \ Limpeza de Via/Conservação \ Óleo no Pavimento						1.077	825	735	683
Serviços \ Abastecimento de Água \ População						3	4		
Serviços \ Abastecimento de Água \ Entidade Pública						37	34	36	15
Serviços \ Abastecimento de Água \ Entidade Privada						6	4	6	9
Serviços \ Abertura de Porta	4.775	5.414	5.589	5.851	5.995				
Serviços \ Abertura de Porta \ Com Socorro						1.488	1.507	1.625	1.551
Serviços \ Abertura de Porta \ Sem Socorro						4.968	4.513	3.082	2.537
Serviços \ Fecho de água						3.240	2.998	2.972	2.559

Ocorrências registadas na cidade de Lisboa, no período de 2005 a 2013

Descrição / Natureza	N.º de Ocorrências								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	(1)(3)	(1)(3)	(1)(3)	(1)(3)	(1)(3)	(2)(3)	(2)(3)	(2)(3)	(2)(3)(4)
Serviços \ Reboque/Desempanagem						20	10	14	13
Serviços \ Transporte Doentes \ Geral	76	78	111	97	923				1
Serviços \ Transporte Doentes \ Auxílio p/ Transporte de Doentes						156	226	188	246
Serviços \ Resgate/Recolha de Animais	235	228	215	229	187	253	258	284	224
Actividades \ Socorros a Náufragos	17	13	20	12	15				
Actividades \ Busca/Resgate (Pessoas e Animais) \ Aquático						2	1	5	2
Actividades \ Busca/Resgate (Pessoas e Animais) \ Terrestre						20	16	7	17
Actividades \ Operações Nacionais \ Socorro						3	1	1	
Actividades \ Exercício/Simulacro						26	36	23	34
Actividades \ Deslocações \ Serviço Geral						8	2		
Actividades \ Assistência à População/Apoio Social					252	630	599	699	753
Falsos Alarmes	630	794	487	435	255				
Total Geral	17.939	19.763	18.528	19.670	19.183	21.621	18.940	17.490	17.250

Obs:

(1) Dados obtidos dos relatórios elaborados manualmente pelo Comandante das Operações.

(2) Dados obtidos da aplicação de Gestão de Ocorrências (GESOC), da SALOC.

(3) Nas atividades de Prevenção e Segurança não se incluíram as Vistorias, Análise de Projectos Arq. e Redes Agua; Análise de Projectos de Segurança e a Manutenção de Hidrantes na Via Pública

(4) De 1 de Janeiro a 4 de Dezembro de 2013



C Á M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

PROPOSTA N.º 569/2013

Assunto: Aprovar o Projeto de Reorganização do Dispositivo de Socorro da cidade de Lisboa do Regimento de Sapadores Bombeiros.

Pelouros: Vereador Manuel Brito e Vice-Presidente Manuel Salgado

Serviços: Regimento de Sapadores Bombeiros

Considerando que:

1. A elaboração e a posterior aprovação do Plano Municipal de Emergência de Lisboa, na reunião da Assembleia Municipal de 5 de Fevereiro de 2013, vieram concretizar a necessidade de dotar a cidade de um instrumento de gestão da emergência capaz de assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis na Proteção civil e no Socorro.
2. A responsabilidade legal no âmbito da prestação do socorro em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades no município de Lisboa cabe ao Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB), serviço que integra a estrutura orgânica da CML.
3. A cidade de Lisboa apresenta características específicas em termos demográficos, sociais, económicos, políticos, administrativos e culturais, e em particular:
 - i) O concelho detém cerca de 21% da população residente da Área Metropolitana de Lisboa, o município é ainda o principal destino diário da população residente na Área Metropolitana de Lisboa, para trabalho ou estudo;
 - ii) Concentra um grande número de instituições e atividades económicas e os principais órgãos político-administrativos, cuja importância extrapasa a dimensão municipal;
 - iii) De todos equipamentos de saúde existentes na Área Metropolitana de Lisboa, 73% dos hospitais públicos e privados estão localizados em Lisboa;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- iv) Possui um conjunto de edifícios, que pela sua importância representativa e valor arquitetónico, cultural e/ou histórico constituem e/ou guardam, património classificado ou em vias de classificação, quer nacional quer municipal.
4. Pelas suas características geográficas, Lisboa é uma cidade vulnerável a diversas situações de risco, nomeadamente: apresenta um relevo acidentado, com frequentes variações de altitude, é uma região considerada como área de atividade sísmica importante, testemunhada pela ocorrência de alguns sismos históricos de elevada magnitude e é uma área suscetível, ainda, a inundações da zona marginal, associada à geração de tsunamis e de ocorrência de fenómenos de liquefação dos solos.
5. A eficácia e prossecução das operações de socorro, para além de outros fatores, assenta num tempo mínimo de resposta, pelo que a rede territorial dos quartéis do RSB no território da Cidade, é fundamental para garantir a rapidez da prestação de cuidados de socorro.
6. A componente operacional do RSB encontra-se dispersa por 11 quartéis com a seguinte implantação territorial:
- i) Av. Dom Carlos I (Estrutura de Comando e Estado-Maior, serviços de apoio e sede da 1ª Companhia);
 - ii) Largo do Regedor (Estação da 1ª Companhia);
 - iii) Alto de Santo Amaro (Sede da 2ª Companhia);
 - iv) Monsanto (Estação da 2ª Companhia);
 - v) Alvalade (Sede da 3ª Companhia);
 - vi) Camide (Estação da 3ª Companhia, Sala de Operações Conjunta da Cidade de Lisboa - SALOC e Museu do RSB);
 - vii) Graça (Sede da 4ª Companhia);
 - viii) Av. Defensores Chaves (Estação da 4ª Companhia);
 - ix) Chelas (Escola do RSB e sede da Companhia de Intervenção Especial);
 - x) Encarnação (Estação da Companhia de Intervenção Especial);
 - xi) Aeroporto (Destacamento).



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

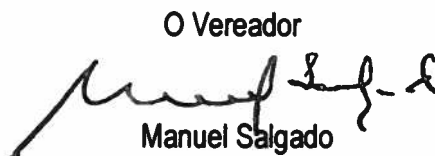
7. A maioria dos quartéis do RSB, encontram-se localizados em zona sísmicas de magnitude 8, que podem inviabilizar a necessária e esperada prestação de socorro à população.
8. A grande maioria das instalações ocupadas pelo RSB, são estruturas antigas, desatualizadas e estruturalmente incapazes de responder às solicitações funcionais, de higiene e de segurança exigidas pela legislação em vigor.
9. A reorganização e reabilitação das infraestruturas do RSB permitirá o incremento da segurança ao Município; a redução de áreas ocupadas no centro da cidade, com melhoria da capacidade operacional; a criação da SALOC (informação integrada e célere do Regimento de Sapadores de Bombeiros, Policia Municipal e Departamento Proteção Civil e demais entidades intervenientes na cidade); a reabilitação do antigo "Restaurante Panorâmico" com reforço da proteção da área florestal de Monsanto e o aumento da capacidade de resposta em caso de catástrofe.

Tenho a Honra de propor que a Câmara Municipal delibere, aprovar o processo de Reorganização do Dispositivo de Socorro da Cidade de Lisboa do Regimento de Sapadores Bombeiros, nos termos do Anexo I a esta proposta e que dela faz parte integrante, e ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei nº 169/, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Paços do Concelho, aos 4 de julho de 2013,

O Vereador

Manuel Brito

O Vereador

Manuel Salgado



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Anexo I

Reorganização do Dispositivo de Socorro da Cidade de Lisboa do Regimento de Sapadores Bombeiros

1. A evolução do Dispositivo de Socorro da Cidade de Lisboa (DSCL), conforme foi apresentado ao Conselho Municipal de Segurança, em 5 de Julho de 2010, desenvolve segundo três eixos fundamentais, de acordo com as seguintes orientações estratégicas:
 - i) **Localização do Centro Estratégico de Prevenção e Socorro (CEPS)**, nos terrenos da CIE, em Chelas, que reúne as seguintes valências:
 - Estrutura de Comando e Estado-Maior, serviços de apoio à estrutura operacional e parque de veículos em reserva do RSB;
 - Direção Municipal de Proteção Civil e Socorro (DMPCS) e Departamento de Proteção Civil (DPC);
 - Escola do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (ERSBL);
 - Sede da Companhia de Intervenção Especial (CIE).
 - ii) **Localização do Centro de Comando e Coordenação Operacional (CCCO)** no antigo Restaurante Panorâmico de Monsanto, do maciço rochoso da Serra de Monsanto, que inclui a Sala de Operações Conjunta da cidade de Lisboa (SALOC), a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Lisboa;
 - iii) **Implantação dos Postos de Socorro Avançados (PSA)**, em diversas localizações na cidade, através de construções novas ou da reorganização/restruturação dos quartéis existentes.
2. A implementação do Dispositivo de Socorro da Cidade de Lisboa implica uma reorganização e/ou reconfiguração das atuais estruturas e à construção de alguns equipamentos novos, de acordo com a seguinte lógica organizacional:
 - i) **CEPS Chelas:** Construção de um novo edifício, ampliação, remodelação e reforço estrutural das atuais instalações da CIE;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- ii) **CCCO Monsanto:** Reabilitação e remodelação do antigo Restaurante Panorâmico para adaptação ao novo uso;
- iii) **PSA Boavista:** Construção de novo quartel em substituição do quartel sede da Av. Dom Carlos;
- iv) **PSA Martim Moniz:** Construção de novo quartel em substituição do quartel no Largo do Regedor;
- v) **PSA Alto de Santo Amaro:** Requalificação e remodelação do quartel existente;
- vi) **PSA Monsanto:** Requalificação e remodelação do quartel existente;
- vii) **PSA Alvalade:** Requalificação e remodelação do quartel existente;
- viii) **PSA Carnide:** Construção de novo quartel em substituição da atual Estação da 3ª Companhia;
- ix) **PSA Graça:** Requalificação e remodelação do quartel existente;
- x) **PSA Arco do Cego:** Construção de novo quartel em substituição do quartel existente na Av. Defensores Chaves;
- xi) **PSA Encarnação:** Requalificação e remodelação do quartel existente;
- xii) **PSA Alto do Lumiar:** Construção de novo quartel a localizar no Alto do Lumiar;
- xiii) **Destacamento no Aeroporto:** a manter;
- xiv) **Museu do RSB:** Construção de novo espaço autónomo à componente operacional.

3. A localização do **Centro Estratégico de Prevenção e Socorro**, nos terrenos envolventes ao quartel da CIE, em Chelas, tomou em consideração que a mesma corresponde:

- i) Ao local que apresenta maior disponibilidade de espaço, maior capacidade edificável e que simultaneamente oferece maior garantia de articulação operacional com as outras estruturas do RSB, através da rede viária envolvente, que permite ligações rápidas a toda a cidade e à área metropolitana envolvente;
- ii) À oportunidade de juntar estrategicamente a componente de Planeamento e Prevenção, garantida através da Direção Municipal de Proteção Civil e Socorro (DMPCS), com a componente do Comando de “resposta operacional”, garantida através da estrutura de Comando e Estado-Maior do RSB, e a componente formativa, enquanto alicerce da estrutura técnica e doutrinária, garantida pela ERSBL;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- iii) À reorganização dos "meios especiais" de resposta operacional do RSB, únicos na cidade de Lisboa, prontos a intervirem no município de Lisboa, e igualmente ao nível nacional e internacional;
 - iv) À garantia que a unidade pode gerar uma resposta adequada, imediata e permanente, em caso de ocorrência de um sinistro ou catástrofe, e gerir a totalidade de meios de intervenção da cidade de Lisboa.
4. Para a localização do **Centro de Comando e Coordenação Operacional**, estrutura partilhada entre o RSB/CML e a ANPC, foi escolhido o terreno do antigo "Restaurante Panorâmico", na Serra de Monsanto, dado trata-se de um local com garantias de resistência relativamente a fenómenos de ações sísmicas. O projeto, a desenvolver, terá por base as seguintes premissas:
- i) Garantir, através da SALOC da cidade de Lisboa, a permanente capacidade de Comando, Controle, Comunicações, Computadores e Informações (C4I) das operações de Proteção e Socorro, independentemente da sua tipologia, duração, localização e intensidade;
 - ii) Assegurar a articulação do sistema integrado de resposta operacional Municipal, através da SALOC da cidade de Lisboa, Distrital, através do CDOS de Lisboa, e Nacional, garantido através da ANPC;
 - iii) Reabilitar e recuperar o histórico edifício pertencente ao projeto original do "Parque Florestal de Monsanto", que se encontra vedado e ao abandono, sem criar impactos ao nível do ambiente sonoro, da qualidade do ar e da permeabilidade do solo.
5. Na criação dos **Postos de Socorro Avançados**, em substituição dos antigos Quartéis, nesta nova lógica de funcionamento integrado e da reestruturação em curso, foram consideradas as seguintes premissas:
- i) São estrategicamente localizados na cidade, de acordo com a implantação territorial atualmente definida, conforme apresentado no ponto 7;
 - ii) Têm, exclusivamente, funções de natureza operacional, com áreas de implantação mais reduzidas, proporcionando, assim, a libertação de alguns espaços ocupados atualmente por quartéis;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- iii) Cabe-lhes a missão de efetuar a primeira intervenção a todas as ocorrências na cidade de Lisboa, com o apoio, sempre que necessário, dos restantes meios do RSB, bem como dos meios dos demais Agentes de Proteção Civil (APC) da Cidade de Lisboa.
6. A realocização do **Museu do RSB**, pretende dar autonomia e visibilidade a este equipamento, de acordo com as seguintes orientações:
- i) O museu engloba as áreas expositivas e o depósito/arquivo histórico do RSB que atualmente está disperso por vários quarteis;
 - ii) Está em estudo a localização nos terrenos da 4ª Companhia na Graça ou da 3ª Companhia em Alvalade.
 - iii) O equipamento ficará sob a gestão integrada dos museus municipais e apoio técnico do RSB.
7. Esta reorganização operacional permite, ainda, a libertação, para o Município, das seguintes áreas:
- i) Av. Dom Carlos I (Estrutura de Comando e Estado-Maior, serviços de apoio e sede da 1ª Companhia);
 - ii) Largo do Regedor (Estação da 1ª Companhia);
 - iii) Carnide (Estação da 3ª Companhia, Sala de Operações conjunta da Cidade de Lisboa e Museu);
 - iv) Av. Defensores Chaves (Estação da 4ª Companhia);



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ACTA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e 27º nºs 3º e 4º do Código do Procedimento Administrativo, bem como o disposto no artigo 18º nº 3 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 10 de Julho de 2013, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a acta em minuta:

Apreciação e aprovação da Acta nº 163

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 568/2013 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado e pela Sr.ª Vereadora Helena Roseta)

Aprovar o Projecto de loteamento municipal para a "zona de alvenaria", no cumprimento da Deliberação 252/CM/2013 e do Plano de Acção QREN "Eco-Bairro Boavista Ambiente+", nos termos da proposta;

(Adlada)

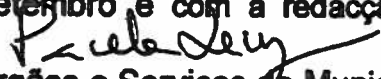
Proposta n.º 569/2013 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Manuel Salgado e Manuel Brito)

Aprovar o Projeto de Reorganização do Dispositivo de Socorro da cidade de Lisboa do Regimento de Sapadores Bombeiros, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.) e 6 abstenções (4PPD/PSD, 1CDS/PP e 1PCP))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Nos termos do n.º 3 do Art. 92.º da supra citada Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro eu,  Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 10 de Julho de 2013

O Presidente



- António Costa -